



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

EDUARDO VON DENTZ

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC: O CASO DA
AGROINDÚSTRIA BERGAMIN**

**CHAPECÓ
2015**

EDUARDO VON DENTZ

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC: O CASO DA
AGROINDUSTRIA BERGAMIN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de grau de licenciado em Geografia.

Orientador : Professor Dr. Willian Simões

CHAPECÓ

2015

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Dentz, Eduardo von

Circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar em Chapecó-SC: o caso da agroindústria Bergamin/ Eduardo von Dentz. -- 2015.

72 f.:il.

Orientador: Willian Simões.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia , Chapecó, SC, 2015.

1. Agricultura familiar. 2. Uso do território. 3. Circuitos curtos de comercialização. 4. Modernização da agricultura. I. Simões, Willian, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

EDUARDO VON DENTZ

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC: O CASO DA
AGROINDÚSTRIA BERGAMIN

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para
obtenção de grau de licenciado em Geografia da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof.^o Dr. Willian Sirdes

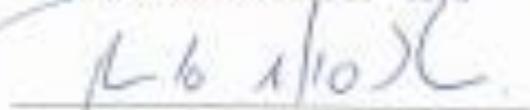
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

10 / 12 / 2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Willian Sirdes – UFFS



Prof. Dr. Ricardo Alberto Scharma – UFFS

Prof. Dr. Valdecir José Zonta – UFFS



Prof. Dr. Anelise Graciele Rambo – UFRGS

* A prof.^a Anelise participou por Skypa

“A ideia de movimento é inerente a evolução da humanidade” (Milton Santos).

AGRADECIMENTOS

Considero que a elaboração de uma monografia, ou então, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é um trabalho coletivo, embora sua redação e responsabilidade seja predominantemente individual. Várias pessoas contribuíram para que este trabalho chegasse à sua provação. A todas elas registro minha gratidão.

Ao Professor e Orientador, agora doutor, Willian Simões, que tive a oportunidade de conhecer no meio acadêmico, admiração e apreço pela pessoa que é. Sua disponibilidade irrestrita, sua forma criativa e crítica de arguir as ideias apresentadas, creio, deram norte a este trabalho, facilitando o alcance de seus objetivos.

Aos demais professores do curso de Geografia, em especial: Anelise Graciele Rambo (agora na UFRGS), Igor de França Catalão, Gisele de Lima, Marlon Brandt, Adriana Maria Andreis, Ricardo Alberto Scherma, Lídia Antongiovanni, Fernando Xavier, Andrey Binda, Ederson Nascimento, Wagner Batella (agora na UFV), obrigado pelas críticas e sugestões sempre plausíveis e pelo rigor intelectual. Agradeço, de modo especial, ao professor Dr. Valdecir José Zonin, que tive a oportunidade de conhecer neste último ano de graduação; apreço a admiração pela pessoa e pelo intelectual que é; sem as nossas conversas, não tenho dúvida, seria mais difícil dar norte para a continuidade do processo que é a nossa vida.

Aos colegas de jornada e do curso de Geografia – como não tive uma turma fixa, cito alguns de modo especial: Andressa Bauermann, Bruna Kechner, Daniela Wagner, Lucas Azeredo, Isael Machado, Ivan Eidt, Anelise Senhorate, Claudécir Freitch, Anderson Giacomelli, Anderson Borges, Gabriel Kreuz, Ricardo Tolfo, Carliana Grosseli, Ana Paula Groth, Janette Konff, Fabiana Rubini, Jean Flores; pela possibilidade da partilha, pelas discussões e descobertas.

Aos amigos e professores do Colégio La Salle Xanxerê, de modo especial, Ir. Alexandre de Souza, pela oportunidade de convivência e aprendizado. Aos amigos e professores do Colégio Marista São Francisco, de modo especial professor Douglas e Sedenir; pela oportunidade de convívio, partilha, discussões, descobertas, diversão e pela experiência de vida adquirida com todos.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, pelos momentos de discussão e pelas descobertas e percepções sempre importantes proporcionadas em seu espaço, no decorrer do curso.

Aos meus pais, Beno e Adely Marta, pela vida, pela educação inicial e pelo incentivo a formação intelectual. A vocês minha gratidão.

Aos irmãos, Edson, Volmir, Marizéte, Claudir, Marisa, Marta e Roseli, pelo incentivo e espírito de que ao final do TCC os objetivos serão alcançados. Obrigado pelas leituras e discussões sempre esclarecedoras por parte de todos (as).

Por fim, a minha companheira de todas as horas, Magali Maria Johann, pelo incentivo, fidelidade e perseverança. Obrigado pelo amor, pelo espírito de luta e dedicação.

RESUMO

Com o passar dos anos, o desenvolvimento da técnica atrelado ao desenvolvimento e modernização do espaço como um todo, afetou também a agricultura, causando transformações no espaço rural e, conseqüentemente, modificando formas de vida, de produção e de uso do território. Tais constatações ocorreram também na região Oeste de Santa Catarina, sendo que no município de Chapecó essa modernização pode ser observada, sobretudo hoje, ligada ao sistema de integração de agricultores de pequena propriedade rural às grandes agroindústrias. No entanto, as mudanças causadas pela modernização são impressas no território a partir de diferentes formas, sendo que nem todos os agricultores tiveram oportunidades de usufruir deste avanço técnico-científico-informacional de forma igualitária. Assim, este trabalho procura destacar que no município de Chapecó torna-se possível observar práticas de circuitos curtos de comercialização como alternativa frente ao processo excludente que a agricultura globalizada vivenciou, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Neste sentido, este trabalho pretende analisar o território dos circuitos curtos de comercialização da produção familiar, em um estudo desde a agroindústria Bergamin. Tal objetivo será alcançado mediante a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico, levantamento de dados, trabalhos de campo e trabalhos técnicos. Diante disso, é importante inferir, se destaca o papel da Cooper familiar e sobretudo da agroindústria Bergamin, que surgiu com o propósito organizacional de produzir a partir de uma filosofia de trabalho diferenciada, ou seja, com uma estrutura alternativa, se propondo a abrigar agricultores familiares, com vínculo em movimentos sociais e construindo opções para esses agricultores. Nesta perspectiva, esse Trabalho de Conclusão de Curso representa uma de análise sobre o espaço rural do município de Chapecó, focando nos circuitos curtos de comercialização a partir da agroindústria familiar Bergamin, associada a Cooper Familiar. Para tanto, em meio ao estudo realizado destacamos os seguintes aspectos: o desenvolvimento agrícola na região oeste do estado de Santa Catarina, o desenvolvimento como discurso, o movimento de monopolização do território pelo capital no oeste de Santa Catarina no cenário produtivo das agroindústrias a partir da década de 1960, características sócio-espaciais

da atual estrutura produtiva agrícola no oeste de Santa Catarina, a centralidade exercida por Chapecó na dinâmica produtiva da região oeste de Santa Catarina, o uso do território, agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização; sendo este último estudado a partir da agroindústria Bergamin.

Palavras-chave: Circuitos curtos de comercialização – Agricultura familiar – Uso do território – Modernização da agricultura.

RESUMEN

Con el pasar de los años, el desarrollo de la técnica relacionado al desarrollo y modernización del espacio como un todo, afectó también la agricultura, causando transformaciones en el espacio rural y, consecuentemente, cambiando formas de vida, de producción y de uso del territorio. Esas constataciones acorrerán también en la región Oeste de Santa Catarina, siendo que en el municipio de Chapecó esa modernización puede ser observada, sobretodo hoy, ligada al sistema de integración de agricultores de pequeña propiedad rural a las grandes agroindustrias. Pero, los cambios causados por la modernización son percibidos en el territorio a partir de diferentes formas, siendo que ni todos los agricultores tuvieron oportunidades de si beneficiar de este avance técnico-científico-informacional de forma igual. Así, este trabajo procura destacar que en el municipio de Chapecó es posible observar prácticas de circuitos curtos de comercialización como alternativa frente al proceso excluyente que la agricultura globalizada vivió, sobretodo, a partir de la segunda mitad del siglo XX. En esto sentido, este trabajo pretende analizar el territorio de los circuitos curtos de comercialización de la producción familiar, en un estudio desde la agroindustria Bergamin. El objetivo será alcanzado mediante la siguiente metodología: levantamiento bibliográfico, levantamiento de datos, trabajos de campo y trabajo técnicos. En frente de esto, se destaca el papel de la Cooper familiar y sobretodo de la agroindustria Bergamin, que surgió con el objetivo de organizar y producir desde de una filosofía de trabajo diferenciada, o sea, con una estructura alternativa, si proponiendo a abrigar agricultores familiares, con vínculo en movimientos sociales y construyendo opciones para esos agricultores. En esta perspectiva, ese Trabajo de Conclusión de Curso representa una tentativa de analice sobre el espacio rural del municipio de Chapecó, dando énfasis en

los circuitos curtos de comercialización desde la agroindustria familiar Bergamin, asociada a la Cooper Familiar. Por lo tanto, en medio al estudio realizado destacamos los siguientes aspectos: el desarrollo agrícola en la región oeste del estado de Santa Catarina, el desarrollo como discurso, el movimiento de monopolización del territorio por el capital en el oeste de Santa Catarina en el cenário productivo de las agroindustrias a partir de la década de 1960, las características de la estructura socioespacial de la actual estructura productiva agrícola en el oeste de Santa Catarina, la centralidad ejercida por Chapecó en la dinamica productiva de la región oeste de Santa Catarina, el uso del território, agricultura familiar y circuitos curtos de comercialización; siendo este último estudiado desde la agroindustria Bergamin.

Palabras-clave: Circuitos curtos de comercialización – Agricultura familiar – Uso del territorio – Modernización de la agricultura.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Número de estabelecimentos agropecuários e área (%), segundo os diferentes tipos de agricultura no estado de Santa Catarina e no Brasil.....	40
Gráfico 02. Participação da agricultura familiar em cultivos selecionados.....	43

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Localização das principais agroindústrias em Chapecó – SC.....	26
Figura 02. Localização geográfica de Chapecó – SC	31
Figura 03: Propriedade da agroindústria Bergamin.....	58
Figura 04. Diversidade na produção de bolachas e pães da agroindústria Bergamin....	59
Figura 05: Feira com produtos da agricultura familiar em Chapecó.....	61
Figura 06: Feira com produtos da agricultura familiar em Chapecó.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Média de área ocupada a partir dos diferentes tipos de agricultura.....	41
Tabela 02. Dados da participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil e em Santa Catarina.....	42
Tabela 03. Avaliação dos cooperados sobre os principais objetivos da Cooper Familiar.....	53
Tabela 04. Produção derivada de panificados produzidos na agroindústria Bergamin..	58
Tabela 05. Sistematização da entrevista junto a um membro da agroindústria Bergamin.....	62

LISTA DE ESQUEMA

Esquema 01. Definição de um circuito curto.....47

LISTA DE SINGLAS

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

BRF – Brasil Foods S. A.

CGB – Congresso Brasileiro de Geógrafos

COOPER ALFA – Cooperativa Agroindustrial Alfa

CRESOL - Sistema de Crédito Solidário

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FETRAF - SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UCAF – Unidade central das Agroindústrias Familiares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA: REFLEXOES E INDAGAÇÕES	18
1.1 O desenvolvimento como discurso: algumas considerações	18
1.2 O movimento de monopolização do território pelo capital no oeste de Santa Catarina no cenário produtivo das agroindústrias a partir da década de 1960.....	20
1.4 A centralidade exercida por Chapecó na dinâmica produtiva da região Oeste de Santa Catarina	32
2. USO DO TERRITÓRIO, AGRICULTURA FAMILIAR E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	36
2.1 Sobre território usado, território e territorialidade	36
2.2 A abordagem do termo agricultura familiar	40
2.3 O que são os circuitos curtos de comercialização?	47
3.1 A Cooper Familiar.....	53
3.2 A atividade em circuitos curtos de comercialização: o caso da agroindústria Bergamin - integrada a Cooper Familiar	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta não é desvinculado das discussões que giram em torno da ciência e da técnica a serviço do capital, que vem nos apresentando em nossa história contemporânea, um lado cada vez mais perverso e opressor da globalização no mundo moderno-colonial, onde não é raro perceber que se criam mitos e discursos como do desenvolvimento, fortemente influenciados por ideologias dominantes.

Diante de um contexto marcado por processos de tecnificação e pela falta de oportunidades iguais para as pessoas, ao longo das últimas décadas vem se configurando um cenário de resistência e de criação de alternativas, no campo, para os agricultores que, por exemplo, não foram e não são enquadrados no modelo urbano-industrial e na cultura hegemônica globalizada sob a égide do capital. Momento em que se soma a este contexto o debate sobre a segurança e soberania alimentar da população mundial e os efeitos perversos dos padrões de produção, consumo e distribuição dos alimentos, difundidos pela lógica modernizante da Revolução Verde e do mercado global.

Tem-se a emergência e afirmação no contexto brasileiro e Latino Americano, a agricultura familiar como categoria síntese incorporada pelos movimentos sociais do campo, abrigando nesta, várias classes de trabalhadores rurais alijados do processo de modernização.

O amadurecimento das manifestações políticas e das pressões sociais, quanto à necessidade de envolver a categoria da agricultura familiar em políticas públicas específicas, geram impactos sociais e políticos no cenário brasileiro que podem ser evidenciados na criação de políticas públicas pelo Estado. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), por exemplo, são políticas públicas que nascem nesse contexto.

É a partir dessa abertura que novas experiências de desenvolvimento tomam fôlego e se expandem a cada dia, em parcerias estabelecidas entre ONGs, instituições de ensino, pesquisa e extensão, sociedade e principalmente a partir do anseio de mudança e

mobilização de agricultores na proposta de redescobrir a prática de comercialização de produtos em circuitos curtos de comercialização (sendo este o foco do presente trabalho). Veremos ao longo deste trabalho que por circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar podemos compreender como a capacidade de comercializar determinado produto sem intermediação entre produtor e consumidor, isto é, se trata de o consumidor ter acesso ao produto de forma direta com o produtor, sem que alguém tenha que fazer essa intermediação.

Temos, dessa forma, uma reorientação dos debates acadêmicos e o despertar de uma ciência mais engajada na construção de um desenvolvimento dotado de equilíbrio social e ambiental. No município de Chapecó – SC, este movimento, influenciado pelos debates e iniciativas de escala mundial, surge a partir de meados dos anos 1990, quando a criação da Cooper Familiar, por exemplo, impulsionou a mobilização de famílias agricultoras da região na proposta de construir o conhecimento e a práxis do trabalho cooperado. Neste sentido, a agroindústria Bergamin, por exemplo, ligada à Cooper Familiar, criada nos anos 2000, surge com um propósito que vai ao encontro com dos aspectos que marcam a prática cooperativa, especializando-se na produção e comercialização direta de produtos na linha de panificados.

O todo deste trabalho, nesta perspectiva, estará voltado sobre o objetivo de analisar o espaço rural do município de Chapecó, focando nos circuitos curtos de comercialização a partir da agroindústria familiar Bergamin, associada a Cooper Familiar. Para tanto, os procedimentos metodológicos que serão usados para o alcance dos objetivos estão pautados fundamentalmente em um estudo de caso a partir de uma revisão bibliográfica, entrevista a uma liderança da cooperativa (trabalhos de campo) e trabalhos técnicos de sistematização.

Neste sentido, este trabalho pretende explorar essas novas formas de se pensar o desenvolvimento a partir da produção e comercialização e circuitos curtos de economia local e regional, desde uma lógica sustentável, por meio da produção familiar de panificados, pensados através das propostas de realocação dos sistemas agroalimentares e das estratégias de inserção desses produtos no mercado local e regional, através dos circuitos curtos de comercialização da economia. De tal maneira, buscamos mostrar através da experiência da agroindústria Bergamin, uma estratégia para a comercialização dos produtos da agricultura familiar no contexto de uma nova forma, possibilidade, de usar o território no município de Chapecó.

Para tanto, o trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo buscaremos abordar sobre o desenvolvimento agrícola¹ na região Oeste de Santa Catarina no sentido de apontar reflexos desse desenvolvimento no território e possíveis indagações. No segundo capítulo será abordado sobre o uso do território, agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização; em forma de conceitos, a partir de referenciais teóricos que tratam dessas questões. Já no terceiro capítulo, abordaremos as características do espaço rural em Chapecó levando em conta as práticas de comercialização em circuitos curtos da economia; para tanto, usaremos como base o caso estudado sobre a agroindústria Bergamin.

¹ Este termo trata do desenvolvimento da agricultura como um todo, dando ênfase à região oeste de Santa Catarina, embora as compreensões acerca do termo valem para linhas gerais; tendo em conta a noção crítica que apresentamos sobre o desenvolvimento no início do texto.

1. O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA: REFLEXÕES E INDAGAÇÕES

Neste primeiro capítulo, buscaremos abordar o processo de modernização agrícola na região Oeste do estado de Santa Catarina. Num primeiro momento, faremos uma discussão acerca da compreensão do desenvolvimento como discurso, tendo o cuidado de adotar a palavra desenvolvimento como produtora de um discurso otimista, desconsiderando as contradições reais provocadas pela lógica do capital. Em um segundo momento, faremos uma discussão acerca do processo de incorporação de pequenas propriedades rurais no cenário produtivo das agroindústrias, no contexto da Revolução Verde, destacando os elementos que impulsionaram transformações na agricultura, principalmente a partir da década de 1960.

Já em um terceiro momento, abordaremos aspectos geoeconômicos que marcam a atual estrutura produtiva agrícola no oeste Catarinense, apontando as principais atividades realizadas no município. Por fim, num quarto momento, abordaremos a centralidade exercida por Chapecó na dinâmica produtiva da microrregião de Chapecó, sendo este o município alvo para o estudo em questão. Também, ainda que brevemente, será discutido como o território dos circuitos curtos de comercialização surge dentro do processo de modernização da agricultura no município de Chapecó.

1.1 O desenvolvimento como discurso: algumas considerações

Quando falamos em desenvolvimento, estamos nos referindo a que tipo de desenvolvimento? A base que buscamos para entender o termo “desenvolvimento” como discurso, no contexto neoliberal no qual vivemos, está principalmente fundada nos escritos de Milton Santos. Para o autor, “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2010, p.17), a informação e seu império, a serviço do capital e fundada na monetarização e economização da vida, nos impõem um mundo de fabulações, alicerçada na produção de imagens e do imaginário, a partir da consagração de um discurso único.

O autor ressalta que “no mundo de hoje, o discurso antecede quase que obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder” (SANTOS, 2010, p.39).

Nesta perspectiva, de acordo com Santos (2010), a partir de 1990 passamos a viver um novo período histórico, denominado como período marcado pelo meio técnico-científico-informacional. Esse novo período caracteriza-se por uma verdadeira “revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, particularmente no campo das comunicações” possibilitando a “imposição de um mesmo discurso em escala planetária com o estabelecimento de um verdadeiro oligopólio mundial das fontes emissoras de comunicação” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.14).

A globalização compreendida muitas vezes como sinônimo de encurtamento das distâncias e capaz de promover a democratização da informação, às vezes de forma despercebida, tem gerado inúmeros cenários de dependência: econômica, técnica e até mesmo cultural (SANTOS, 2009). Neste sentido, podemos conceber o desenvolvimento como uma forma de discurso ideológico de poder hegemônico que protege e legitima estruturas do poder político-econômico, enraizando-se no imaginário social. Por isso, queremos dar ênfase ao cuidado que precisamos ter ao abordar o desenvolvimento presente na realidade da agricultura familiar.

O aumento das desigualdades socioeconômicas, sobretudo a partir da globalização e do neoliberalismo que falamos no parágrafo anterior, desencadearam processos que não levaram igual oportunidade de desenvolvimento a todos os lugares, e acabaram reconfigurando o planeta em regiões centrais e periféricas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O adjetivo periférico, não se restringe à questão espacial, mas principalmente a socioeconômica (SANTOS, 2010). As regiões periféricas, desta forma, seriam aquelas distantes espacialmente e/ou à margem dos interesses dos grandes centros industriais e de tomada de decisão política e econômico-financeira, dos interesses econômico-corporativos multinacionalizados (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Em meio a esse notável desenvolvimento das regiões capitalistas em lugares privilegiados pelo grande capital, podemos pensar: sobre que tipo de desenvolvimento estamos falando?

A apreensão do termo desenvolvimento defendida por Ribeiro (2008) sinaliza que o mesmo significa a expansão econômica adorando a si mesma. Dessa forma, vale ressaltar que para a lógica do capital, o desenvolvimento está ou se dá a partir do poder

que um sujeito ou instituição possui sobre seu próprio ambiente. Assim, não é exagero inferir que há linha de discussão que leva em conta o desenvolvimento como campo de poder (RIBEIRO, 2008). Nesta perspectiva, a estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes. Para Ribeiro (2008), portanto, desenvolvimento abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade.

É também notável, portanto, que voltamos à questão principal deste primeiro tópico do capítulo, ou seja, quando adotamos o desenvolvimento como uma forma de discurso, é preciso tomar cuidado para não deixarmos de entender que existe uma lógica capitalista que subjaz o termo desenvolvimento, inferindo de forma clara que o desenvolvimento não chega a todos os lugares da mesma forma, por isso, almeja-se em abordar também os lugares historicamente desfavorecidos. Por essas razões, é importante deixar claro que o desenvolvimento que estamos defendendo nesta oportunidade, é aquele que vai ao encontro com interesses da agricultura familiar, a exemplo das práticas de circuitos curtos de comercialização e as atividades pluri e multifuncionais do espaço rural.

1.2 O movimento de monopolização do território pelo capital no oeste de Santa Catarina no cenário produtivo das agroindústrias a partir da década de 1960

Nas primeiras décadas do século XX, a produção agrícola no Oeste de Santa Catarina já existia como uma atividade exercida pelos caboclos e pelos nativos da região, num viés totalmente diferente do que vivemos hoje. Ademais, o ápice da produção agrícola se deu principalmente depois da chegada dos imigrantes alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul. Dessa forma, no oeste de Santa Catarina, era bastante diversificada a produção agrícola, sendo que na região predominava a produção de grãos, comercializados em escala local e regional. Ademais, eram produzidos outros alimentos para a subsistência, como: batata inglesa, batata doce, tomate, mandioca, etc. A criação de animais de pequeno porte também era uma forte alternativa de produção

para os agricultores locais, destacando-se a criação de suínos (DENTZ e RAMBO, 2014)².

Com o passar dos anos, a boa aceitação da carne suína do oeste catarinense, principalmente no estado de São Paulo, fez com que projetos de integração agroindustrial começassem a se desenvolver na região. Conforme Reche (2008), a iniciativa da integração agroindustrial começou aparecer principalmente a partir do resultado da acumulação de capital por parte de alguns comerciantes que faziam a intermediação entre o comércio de suínos vivos criados na região e o mercado consumidor de outras partes do Brasil.

A região oeste de Santa Catarina já se destacava como produtora e fornecedora de suínos para agroindústrias do Paraná e São Paulo (RECHE, 2008). Diante da disponibilidade abundante de matéria-prima, alguns comerciantes viram na industrialização da carne uma boa alternativa de desenvolvimento. Os primeiros frigoríficos começaram a surgir na década de 50, destacando-se a implantação da agroindústria Chapecó Alimentos (1952), a primeira dentre as grandes agroindústrias.

Na década de 1960, começam a aparecer os reflexos negativos dos pacotes tecnológicos implantados pelas agroindústrias, gerando um excessivo aumento na demanda de mão de obra agroindustrial e conseqüentemente um alto índice na migração campo-cidade (RECHE, 2008). No entanto, mesmo com os impactos negativos da instalação das agroindústrias no espaço rural, a partir dos anos de 1960 intensificou-se a territorialização dessas empresas especializadas na industrialização de carnes. Assim, ao agrado dos interesses do capital agroindustrial, se instalaram os frigoríficos para abate de aves e suínos na microrregião de Chapecó, atraindo para a cidade grande número de trabalhadores do campo.

De acordo com Alba (2008), a expansão agroindustrial ocorreu com a fundação da Cooperativa Central Oeste Catarinense em 1969, com o objetivo de comercializar suínos produzidos pelos associados de oito cooperativas filiadas a Cooper Central. As atividades que a cooperativa exercia no início de sua fundação estavam relacionadas ao

²Maiores reflexões acerca da diversidade da produção agrícola na região Oeste de Santa Catarina podem ser encontradas no artigo intitulado: NOVOS USOS DO TERRITÓRIO - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS USOS DOS ESPAÇOS RURAIS EM SANTA CATARINA A PARTIR DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, publicado nos anais do XII Seminário de Pós-Graduação em Geografia - Territórios possíveis - Paradigmas da Geografia contemporânea, ocorrido em Rio Claro-SP, de produção desse autor, em coprodução com Anelise Graciele Rambo.

abate de suínos, melhoramento genético, investimentos na produção de núcleos vitamínicos e minerais, rações e concentrado.

Na mesma lógica, a chamada Revolução Verde³, por sua vez, objetivou a expansão do chamado agronegócio, caracterizada pela lógica da expansão e consolidação da agricultura moderna, intensiva em capital e tecnologia, poupadora de mão de obra, realizada em propriedades monocultoras e destinada, principalmente, à exportação tal como apresenta Frederico (2013).

Reche (2008, p. 05), tece o seguinte comentário:

No início dos anos 70, o capital industrial acaba ganhando força através da hegemonia das agroindústrias com a criação da Cooperalfa, Ceval (antiga Extrafino), Aurora e, principalmente, com a instalação da Sadia, em 1973. As duas últimas já nasciam como uma grande estrutura industrial, sendo a Aurora fruto da associação de empresários da região que buscavam a prosperação industrial e, a Sadia, fruto da expansão da matriz de Concórdia.

Segundo Alba (2008), nas décadas de 1970 e 1980, com o avanço da indústria baseada na agroindústria, iniciou-se uma grande transformação econômica, social e política de exclusão de parte dos agricultores do Oeste de Santa Catarina. Observa-se a submissão da pequena propriedade a lógica industrial. De acordo com Badalotti (2007, p. 5), com a expansão da agroindústria na região,

O ambiente econômico e social externo, antes colocado relativamente como homogêneo, permitindo a igualdade e a previsibilidade, das estratégias de reprodução, começa a se transformar profundamente, provocando o início da metamorfose estrutural na agricultura familiar de origem colonial.

Esta nova forma de organização da agricultura, além de gerar desequilíbrio econômico nos trabalhadores do campo, causou também impactos no modo de vida e aspectos culturais dos agricultores familiares. Tal atividade impulsionou o crescimento urbano de Chapecó, por exemplo, em vista de alojar e abrigar os trabalhadores que vieram suprir a demanda na mão de obra das agroindústrias.

Portanto, a agricultura moderna passou a exigir investimentos significativos, mesmo nas pequenas propriedades rurais do oeste Catarinense – haja vista que muitas das unidades familiares eram forçadas a se enquadrar nas exigências trazidas pela modernidade agroindustrial - e o mercado competitivo fez com que muitos produtores se endividassem principalmente no período de implantação de políticas neoliberais, em meados da década de 1990 no Brasil, ocasionando a exclusão de muitos agricultores

³ Outras explicações podem ser encontradas em BALSAN (2006).

familiares do pacote de tecnologia trazido pelos complexos agroindustriais (RECHE, 2008).

Neste contexto, surgem alguns movimentos sociais no campo tendo como característica a resistência contra a hegemonia agroindustrial. Destacamos: a luta pela Reforma Agrária em todo Brasil e a criação de sindicatos representando os Pequenos Agricultores. Tais movimentos buscaram viabilizar, junto aos órgãos públicos, recursos para manutenção e novos investimentos no meio rural, como: organização em associações e cooperativas populares, economia solidária, produção e comercialização de alimentos agroecológicos em feiras livres – comércio em escala local e regional - e diversificação da produção. Dessa forma, uma alternativa para os agricultores que não obtiveram suporte técnico e econômico para incorporar-se à lógica agroindustrial, seria diversificar sua produção e depender o quanto menos possível dos produtos industrializados.

De acordo com Coletti e Lins (2010), entre as novas produções e atividades incentivadas como alternativas para as propriedades agrícolas castigadas pelas transformações na suinocultura figuram a produção orgânica e agroecológica. Essas iniciativas tiveram três origens distintas: os movimentos sociais, o setor público e as empresas privadas e cooperativas.

Dessa forma, nota-se que o resultado dos movimentos realizados por alguns agricultores, em torno das alternativas que vão para além das impostas pela modernização da agricultura, figuram em torno do comércio de alimentos diversificados em escala local e regional, produção agroecológica e organizações em cooperativas.

Os grupos organizados através de associações surgiram com o objetivo de contrapor-se a política de integração agroindustrial, a produção em grande escala voltada para o agronegócio, buscando através da agricultura familiar a valorização do alimento agroecológico, a proteção ambiental, geração de emprego e renda e a qualidade de vida no campo. Neste sentido, pode-se dizer que “a organização de projetos alternativos para a agricultura familiar tendo em vista uma proposta de desenvolvimento sustentável e solidário; a constituição de grupos de produção, núcleos comunitários, associações e cooperativas” (BADALOTTI et al, 2007, p. 14) foram formas que os pequenos produtores excluídos do processo agroindustrial modernizador, encontraram para incorporar-se e principalmente sobreviver, em meio ao cenário produtivo instaurado pelas agroindústrias.

De acordo com Alba (2008),

A todas essas iniciativas cabe ressaltar que são mudanças em curso e que merecem o olhar da Geografia para se entender o processo de exclusão e também as possibilidades deixadas pela sociedade. É deste processo que surgem novas dinâmicas regionais, novos espaços, novas geografias (ALBA, 2008, p. 43).

Na mesma perspectiva, segundo Cancelier (2005), pode-se enfatizar que o espaço rural vem se transformando ao longo dos anos. A partir dos anos 1990, quando novas formas de atividade socioeconômicas para a agricultura familiar surgiram, ficou evidente que as dificuldades impostas pela instalação agroindustrial ocasionaram mudanças no espaço rural do Oeste Catarinense. A falta de incentivos e os problemas enfrentados pelos agricultores que não tinham capacidade de atender as exigências das empresas frigoríficas levaram os mesmos a buscarem alternativas de reprodução social.

É importante mencionar que a migração campo-cidade intensificada no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, promovida pela modernização/integração agroindustrial, conforme aponta Reche (2008), trouxe consigo a lógica segregacionista. Ou seja, a localização da população que migrou do campo para a cidade acabou se dando nos espaços periféricos da cidade, sendo este o espaço “disponível” e capaz de abrigar a mão de obra agroindustrial oriunda do campo.

Ademais, tratando-se de uma discussão sobre a monopolização do território pelo capital, pensamos que também é importante trazer para esse debate a discussão proposta por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O autor nos ajuda a trazer essa discussão para o campo da Geografia, que também é o que queremos, sinalizando que ao tratarmos do movimento de monopolização do território pelo capital no oeste de Santa Catarina no cenário produtivo das agroindústrias, estamos mergulhando no debate político, teórico e ideológico da questão (Oliveira, 2004). Isso porque, para falarmos do movimento de monopolização do território pelo capital no oeste de Santa Catarina, precisamos partir da realidade, considerando que “a realidade é a única referência para se submeter à discussão nossas concepções teóricas” (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Ademais, sempre que se trata de um assunto relativo ao espaço rural, Oliveira (2004) leva esse tema para o debate teórico e salienta que as pesquisas e as produções, no Brasil, em Geografia Agrária estão relacionadas com as correntes filosóficas do pensamento geográfico histórico. “A geografia moderna, como a maioria das ciências humanas, nasceu no século XIX, sob a égide do debate filosófico entre o positivismo, o historicismo e, por centro, a influência da dialética” (OLIVEIRA, 2004, p. 30). Neste

sentido, essas três correntes filosóficas se encarregam de organizar e formar as raízes do pensamento geográfico moderno. Por essas razões, “a história do pensamento geográfico na Geografia Agrária não foi, em hipótese alguma, diferente da influência dessas correntes, sobretudo na sua versão atual, teórico-quantitativa” (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

Não por acaso, Oliveira (2004) recorre a Marx ao afirmar que

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. [...] Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de uma própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (OLIVEIRA apud Marx, 2004, p. 33)⁴.

Assim, quando entramos na tentativa de compreender a territorialização do capital e a monopolização do território, Oliveira (2004) alerta que

O desenvolvimento, portanto, da agricultura (via industrialização) revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário de terras, latifundiário, portanto (...). Um exemplo se dá com os plantadores de fumo no Sul do Brasil, que entregam sua colheita as multinacionais do cigarro. Neste caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto que o proprietário de terra e o trabalhador são uma única pessoa, os camponeses (...). Este caso constrói um processo contraditório que revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto, se territorializar. Trata-se, pois, da monopolização do território pelo capital monopolista (...). Neste caso, o capital cria e recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social (OLIVEIRA apud Marx, 2004, p. 41 e 42, grifo meu).

Essas compreensões acerca da produção do espaço e produção capitalista do espaço, envolvendo o espaço rural, e dos agricultores familiares que neste espaço vivem, além das diferentes abordagens teóricas, o estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores que expressam até mesmo diferentes vertentes e diferentes formas de interpretação do Marxismo. No entanto, quando nos propomos a pensar sobre

⁴ Citação de Karl Marx. “Introdução para a crítica da economia política. In: Karl Marx, 1974 (Os pensadores).

a compreensão e o lugar do agricultor familiar na perspectiva de Oliveira (2004), o autor defende que a questão que se encontra no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, abordada a partir da agricultura familiar, por exemplo, precisa ser abordada com cuidado, para não afirmarmos o que muitos autores já afirmam: dizer que o agricultor familiar está desaparecendo, mas, no entanto, eles continuam lutando para produzir, conquistar a terra, em muitas partes do Brasil.

Nesta perspectiva, considerando um escopo maior de leituras sobre as temáticas da agricultura familiar e, sobretudo, do espaço rural, do campo; o tópico três desse capítulo abordará sobre as características socioespaciais da estrutura produtiva agrícola que o oeste catarinense apresenta atualmente.

1.3 Características socioespaciais da atual estrutura produtiva agrícola no Oeste de Santa Catarina

Ao abordar as características sócio-espaciais da atual estrutura de produção da agricultura no Oeste de Santa Catarina, recorreremos a Souza (2013), que nos auxilia na compreensão complementar a partir do termo socioespacial. Segundo o autor, “quando se trata da estrutura socioespacial, sem hífen, o social meramente qualifica o espacial (SOUZA, 2013). Dessa forma, ao abordarmos a estrutura produtiva agrícola do Oeste Catarinense, estaremos levando em consideração as relações sociais presentes neste espaço.

Nesta perspectiva, nas últimas décadas, como apontado no tópico acima, as transformações e/ou inovações que ocorreram no território afetaram, direta ou indiretamente, todos os setores da economia mundial, ocasionando, conseqüentemente, uma reestruturação do processo produtivo em todo o país.

Neste contexto, principalmente associado à modernização da agricultura e a instalação das agroindústrias, está inserida a região Oeste de Santa Catarina. Atrelado a esta modernização, desde um olhar da Geografia, está à compreensão do espaço geográfico como espaço banal (SANTOS et al, 2000), ou seja, obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Por isso, a perspectiva de território usado nos conduz a ideia de espaço banal, isto é, espaço de todos, todo o espaço. Neste sentido,

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS et al, 2000, p. 105).

A instalação de uma estrutura produtiva tecnológica intensiva no processamento de carnes, por exemplo, está vinculada a reestruturação da agricultura e sua inserção no setor de tecnologia, ciência e informação, mas também, e, sobretudo, a ideia de território usado. Ainda nesta perspectiva, corroboramos com Espíndola (1999) ao afirmar que

[...] a agricultura passa a ser consumidora de insumos modernos, fornecedora de alimento e campo de investimento para os diferentes capitais. Assim, a partir de 1960, o Oeste catarinense – a exemplo de outras áreas do Centro-Sul brasileiro – foi incorporado ao projeto modernizante edificado pelo Estado, empresas nacionais e multinacionais (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104).

Com as questões apontadas por Santos (2012) e Espíndola (1999), e na tentativa de falar sobre a atual estrutura produtiva agrícola do oeste de Santa Catarina, torna-se indissociável desse tema a abordagem da modernização da agricultura no Oeste Catarinense.

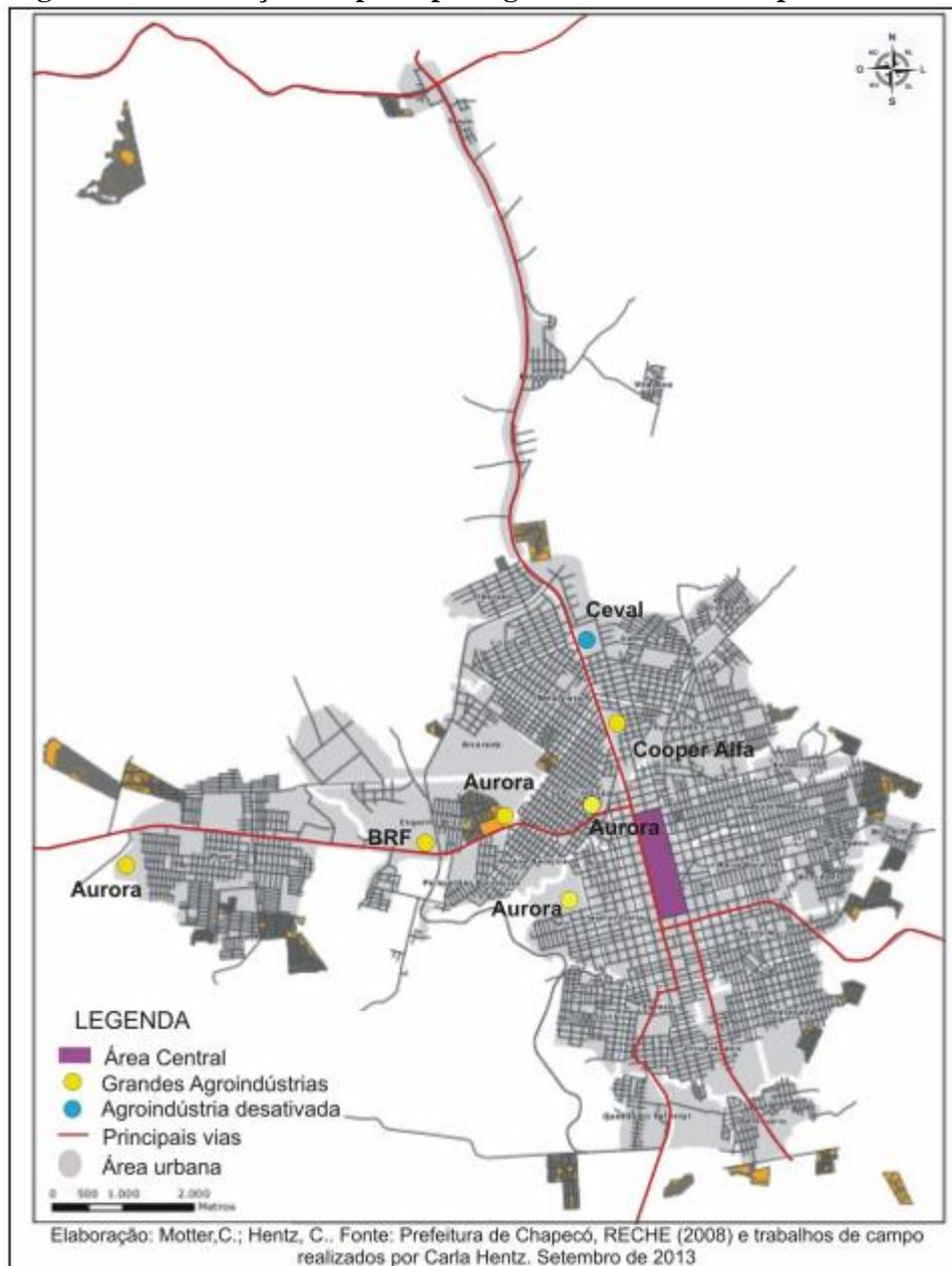
De acordo com Hentz (2014), a região Oeste de Santa Catarina destaca-se na economia como uma das maiores áreas produtivas globais do setor alimentício, atuando nos segmentos de carnes (aves, suínos, peru), alimentos processados, lácteos, margarinas, massas, pizzas e vegetais congelados, cereais, etc. Segundo Hentz (2014), as agroindústrias do agronegócio situadas na região Oeste de Santa Catarina, principalmente nos arredores de Chapecó, juntas, formam um sistema hegemônico de produção, industrialização e comercialização. Segundo Reche (2008), atualmente o estado de Santa Catarina é o maior produtor e exportador brasileiro de carnes de frango, sendo responsável por 13,71% da produção nacional e 27,94% das exportações brasileiras.

Na cidade de Chapecó as principais agroindústrias do agronegócio são: BRF-Brasil Foods S. A., Cooperativa Central Aurora e Cooper Alfa, responsáveis por dotar a região Oeste catarinense de uma dinâmica particular. Para melhor localização das principais agroindústrias do agronegócio na cidade de Chapecó podemos analisar e identificá-las na figura 01.

No entanto, de acordo com Hentz (2014), as novas tendências nos processos produtivos agroindustriais conduzem a uma (re) espacialização da produção baseada na verticalização da produção, no uso intensivo de tecnologias de genética, nutrição e

processamento da produção. Neste novo contexto, tendo em conta o que já apontamos sobre esses processos, os impactos em termos sociais são evidentes. No processo de deslocamento e concentração da produção, por exemplo, parcela significativa de produtores integrados acabará novamente excluída do processo produtivo em virtude de não atender aos requisitos dos novos modelos de integração. Muitos desses, sem alternativas de produção e/ou comercialização, acabam obrigados a procurar por novas alternativas que propiciem sua emancipação e garantam a sobrevivência destes atores sociais.

Figura 01: Localização das principais agroindústrias em Chapecó - SC



Por outro lado, é importante lembrarmos-nos de que não é apenas o sistema agroindustrial que compreende o espaço rural do oeste Catarinense. A constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produtos coloniais) promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. Neste sentido, o produto colonial passa a ser visto pelos agricultores familiares como um produto comercial com um valor de troca, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. De acordo com Mior (2005), outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar rural tais como: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como predominância da mão de obra familiar.

Desta forma, uma agroindústria familiar pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a organização familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública. Portanto, quando tratamos da atual estrutura agrícola produtiva do oeste catarinense, é importante salientar que a agricultura familiar é parte dessa estrutura. Não cabe a nós falar apenas do sistema de integração agroindustrial imposto pela lógica do capital, por exemplo, pois existem outras formas de produção que precisam ser reconhecidas.

Ocorrem mudanças no âmbito interno da organização da unidade familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção (MIOR, 2005). Ou seja, o território passa a ter uma nova forma de organização, que se configura como mecanismo de desenvolvimento rural. Assim, a nova forma de uso do território, dada pela agricultura familiar, torna-se promotora de “um modelo mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita” (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p.2). Nesta

perspectiva, podemos considerar que o desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território.

A esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para as mulheres agricultoras. Conforme analisa Mior (2005), a estratégia de agregação de valor frequentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para a agricultura familiar. Esta (re) divisão interna de trabalho da família rural pode se transformar num dos principais trunfos para o sucesso da agroindústria familiar.

Do ponto de vista da agricultura familiar, a região oeste de Santa Catarina consolida sua trajetória organizativa constituindo novos agentes. Destacam-se o fortalecimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)⁵, a constituição da Federação da Agricultura Familiar de Santa Catarina, cujo principal território de atuação é a região Oeste, e que em 2001 é transformada em Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL), a Constituição de Cooperativas de Reforma Agrária e a Marca Terra Viva. Outros atores regionais como a Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC), num processo de internalização da problemática regional, assume posturas pró-ativas na construção e implementação de novas estratégias de desenvolvimento rural.

Estes novos atores regionais passam assim a discutir e a implementar estratégias de desenvolvimento territorial baseadas na estrutura agrícola de base familiar. Pode-se dizer que os agricultores familiares deram mais um passo ampliando a complexidade dos seus empreendimentos. Construíram formas de organização em rede das agroindústrias para servir de apoio em várias dimensões do processo de criação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. Visando entrar no mercado de produtos de qualidade diferenciada, surgem experiências de uso de marcas e selos coletivos como a Sabor Colonial (Apaco), Terra Viva (MST) e Castália (Amosc)

⁵ A Apaco se propõe a “Ser um fórum de discussão política dos problemas relacionados com a pequena produção familiar e com grupos de Cooperação Agrícola; prestar assessoria técnica, política e administrativa aos grupos de cooperação agrícolas associados; coordenar as atividades de comercialização conjunta dos grupos de cooperação agrícolas associados”. Organiza-se a partir de grupos de cooperação nas comunidades rurais, passa por uma organização municipal e chega à estrutura da Associação. A partir de meados dos anos 90, passou a enfatizar a busca do desenvolvimento regional sustentável, através dos sete programas: gestão agrícola, tecnologias alternativas, cooperativismo de crédito, comercialização, assistência técnica, formação e comunicação em agroindustrialização (APACO, 1995).

(MIOR, 2005). Ademais, outras experiências mostram que alguns agricultores de base familiar buscam o cultivo exclusivo de alimentos agroecológicos, sendo que do bom andamento dessa produção, esses agricultores obtêm o licenciamento do selo de produto orgânico, qualificando a sua produção⁶.

Corroboramos com Mior (2005), ao ressaltar que a agregação de valor do conjunto das agroindústrias familiares, em sua maior parte constituída em bases artesanais abrange uma grande diversidade de produtos como grãos (milho, mel, leite e derivados, conservas, derivados de cana-de-açúcar, doces e *chimias* derivados de frutas, sucos de frutas, chás, avicultura de corte e postura, derivados de carne suína, etc). Esta característica pode ser mobilizada para contrabalançar, pelo menos em parte, a tendência da especialização dos sistemas convencionais de produção⁷.

Mior (2005) destaca que enquanto boa parte da agroindústria convencional da região busca insumos e matérias primas externas à propriedade e região (milho e soja do Centro-Oeste, por exemplo), a agroindústria familiar potencializa a utilização de insumos e matérias primas locais e regionais. Neste sentido, a emergência de um conjunto de atividades de agregação de valor pautadas na produção agrícola de base familiar, vem se constituindo numa condição fundamental para a concretização de novas estratégias de organização do produtor, potencializadoras da economia local. É neste processo que se constroem novas redes sociais que poderão se constituir nos pilares para a consolidação de redes de aprendizagem e inovação do espaço rural.

De maneira geral, a partir da análise sobre a atual estrutura agrícola do oeste de Santa Catarina, a produção de base familiar evidencia a existência de trajetórias singulares de evolução diferente da percorrida pela grande agroindústria convencional ancorada na lógica do capital. Neste sentido, a forma de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança e de reciprocidade) existente entre os vários atores presentes ao longo da rede de produção de base familiar e, especificamente, a relação direta entre produtor e o consumidor são algumas

⁶ Dar-se-á maior ênfase à produção da agroindústria familiar Bergamin, integrada a Cooper Familiar, sobre a qual esse trabalho realiza os estudos.

⁷ A economia agrícola do estado de Santa Catarina, de forma tendencial, vem se tornando dependente de poucas atividades produtivas. A suinocultura, a avicultura e o fumo, por exemplo, contribuem com cerca de 50% do valor bruto da produção agropecuária de Santa Catarina no ano de 2005 (Epagri/Cepa, 2007).

características que conformam, em maior ou menor grau, esta singularidade quando comparada com a agroindústria convencional do agronegócio. Este conjunto de características está diferencialmente presente nos diversos produtos produzidos pela agricultura familiar.

Portanto, após apresentação e análise geral das potencialidades da agricultura familiar, é possível evidenciar que a mesma sinaliza maior grau de sustentabilidade no desenvolvimento rural, já que favorece a diversificação das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, utiliza matérias primas e recursos locais, prioriza a transição para sistemas agroecológicos e empodera os atores sociais e institucionais (MIOR, 2005).

Contudo, a partir de uma ampla análise do processo produtivo agrícola do Oeste de Santa Catarina, é notável que a região não se constitui num território hegemonicamente configurado pelas redes horizontais de desenvolvimento rural. Mas constitui-se num espaço emblemático para o estudo das dinâmicas dos sistemas produtivos locais, sendo evidente a existência de redes verticais (grandes agroindústrias) e horizontais (produção de base familiar).

1.4 A centralidade exercida por Chapecó na dinâmica produtiva da região Oeste de Santa Catarina

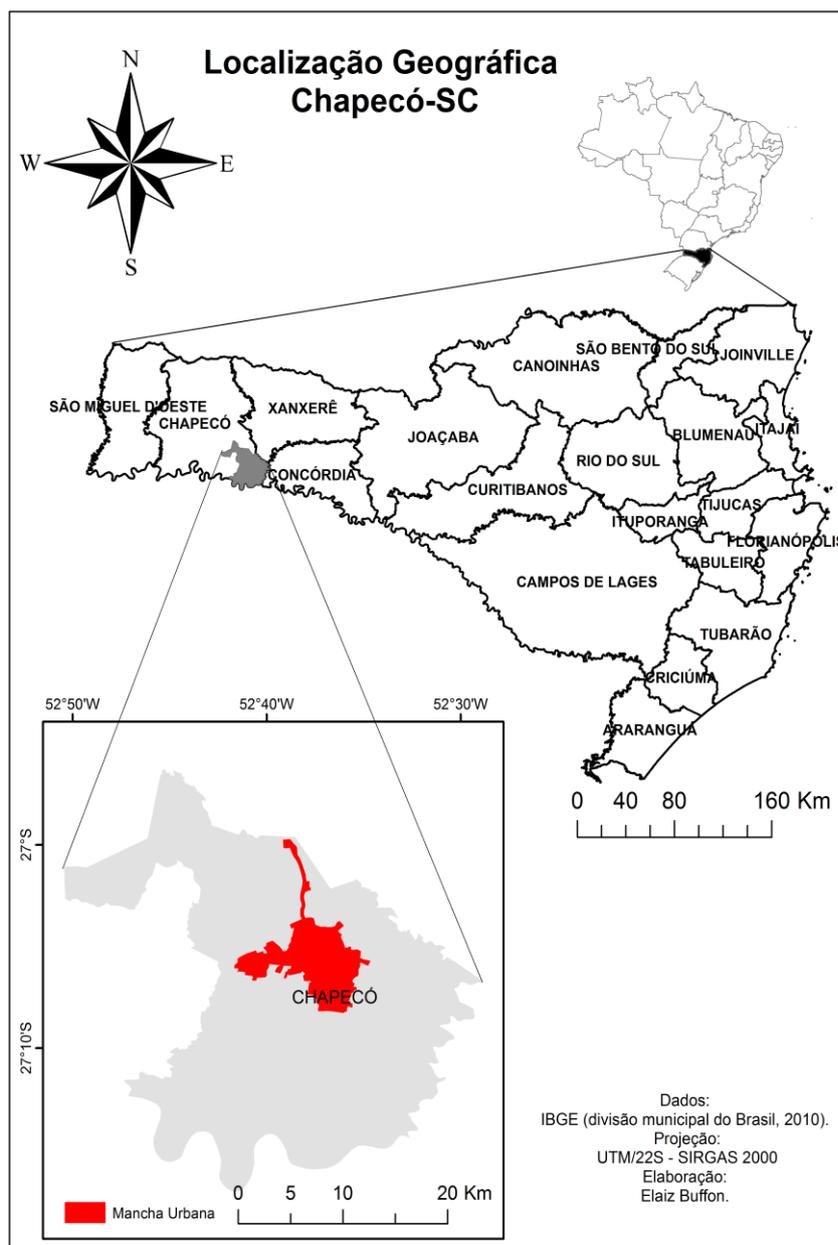
Considerando que a intensificação da modernização da agricultura brasileira é um processo recente, tendo apresentado uma ascensão mais que notável nos últimos 30 anos, modificando as articulações do território e da sociedade, podemos dizer que a região de Chapecó se insere neste debate. Embora a investigação acerca desse tema tenha surgido há algumas décadas, ainda encontramos um oportuno campo de estudo e pesquisa sobre esta temática, sobretudo quando se trata de agregar nesta discussão as questões acerca da territorialização dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar, especialmente ao caso da agroindústria Bergamin, associada a Cooper Familiar – sobre a qual falaremos mais adiante -, no município de Chapecó.

Outrossim, com o intuito de contribuir com esta discussão e sem pretender esgotar a pesquisa neste assunto, o presente tópico tratará de levantar aspectos que dizem respeito, de modo especial, à estrutura econômica de Chapecó, bem como

características que denotam a importância socioeconômica e o papel de centralidade exercida pela cidade para a sua região de abrangência.

Nesta perspectiva, para fins de localização espacial (figura 02), de acordo com Fujita (2013), Chapecó é um município localizado no Oeste de Santa Catarina a uma distância aproximada de 588km da capital do estado: Florianópolis. O chamado Oeste Catarinense é delimitado ao sul pelo estado do Rio grande do Sul, ao norte pelo estado do Paraná, a oeste pela Argentina e a leste pela região do Planalto Catarinense.

Figura 02: Localização Geográfica de Chapecó



Fonte: Buffon, 2015. Organização própria.

Para o IBGE (2010), esta região é denominada Mesorregião Oeste Catarinense, constituída por 118 municípios, representando 40% dos municípios catarinenses, ocupando um território de 25.300km², o que representa 26% da área total catarinense, com uma população de 1,6 milhões de habitantes, com aproximadamente 37% da população residente no meio rural e 63% da população residente no meio urbano.

Com população aproximada de 189.000 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), Chapecó é a maior cidade da região Oeste Catarinense e exerce influência regional, não apenas sobre o oeste e meio oeste de Santa Catarina (SC), mas também sobre o noroeste do Rio Grande do Sul (RS), e sudoeste do Paraná (PR) (FUJITA, 2013).

Segundo Fujita, é importante ressaltar que,

Desde a sua criação em 1917, a população de Chapecó vem continuamente aumentando. Muito embora os índices de crescimento demográfico venham decrescendo nas últimas décadas, ainda assim permanecem acima da média estadual de 2% ao ano, com mais de 90% de sua população residindo na área urbana. A cidade é a sexta mais populosa no estado, depois de Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma, nessa ordem. Sua importância para a rede urbana regional é caracterizada tanto pela persistência de seu papel como polo regional, assim como a progressiva estruturação como cidade média, que exerce funções de intermediação nas relações de caráter tanto horizontal como vertical (...) (FUJITA, 2013, p. 314).

Na perspectiva anteposta, vale dizer ainda que a região de Chapecó é caracterizada pela colonização gaúcha, de descendência italiana, principalmente, e pelo seu acelerado crescimento populacional e desenvolvimento econômico. De meados da década de 1980 para cá, começaram também a surgir os impactos do crescimento da cadeia da agroindústria, que progressivamente se verticalizava, bem como as implicações da globalização e das políticas econômicas mundiais dominantes. Desta forma, se por um lado, a agroindústria da região de Chapecó buscava se consolidar e expandir suas áreas de influência, por outro, essas atividades produtivas acabaram gerando impactos sociais e ambientais nas escalas urbana e agrícola regional, provocados pela concentração e intensidade dessas mesmas dinâmicas produtivas (FUJITA, 2013).

Retomando Fujita (2013), o crescimento populacional, causado pela busca por emprego e a evasão das áreas rurais, fruto dos processos de modernização da agroindústria, geraram, na cidade de Chapecó, entre 1970 e 1990, o período mais intenso de expansão urbana. Ou seja, o significativo aumento populacional da cidade de Chapecó, decorrentes da expansão das agroindústrias, trouxe consigo, sublinha-se, uma significativa importância econômica, logística, de saúde, educação, etc, para a cidade.

Com isso, o processo de elevar Chapecó a uma cidade central para região Oeste de Santa Catarina foi se desenvolvendo cada vez mais.

Recorremos à Pertile (2008) para considerar que Chapecó pode ser o espaço luminoso do Oeste de Santa Catarina. Segundo a autora,

A essas porções do espaço, Santos (2000) denomina de “espaços luminosos” (subespaços ativos e também funcionais à acumulação capitalista) e de “espaços opacos”, os fragmentos do espaço mais ou menos desprezados pelos maiores agentes capitalistas. Esses subespaços podem se alterar ao serem incorporados de modo seletivo na engrenagem do sistema capitalista de produção e de valorização das mercadorias sendo, portanto, funcionais no processo universal de reprodução da riqueza no sistema capitalista (PERTILE, 2008, p. 182).

O desenvolvimento das atividades agroindustriais no Oeste de Santa Catarina foi fortalecido durante o processo de industrialização nacional. Nesse processo, de um lado, parte da pequena produção familiar conseguiu integrar-se às agroindústrias e garantir a comercialização dos produtos. De outro, como falamos anteriormente, aqueles que não conseguiram acompanhar o processo de modernização da agricultura, mas que sofreram suas consequências, transformaram-se nos mais pobres do campo. Para eles, a propriedade ou o acesso a terra garantiu apenas um modo de sobrevivência, aquém do que necessitavam. Com isso, foram conduzidos a buscar diferentes formas de assalariamento nas maiores cidades da região (PERTILE, 2008). Sendo os circuitos curtos de comercialização uma dessas alternativas.

Tendo visto a centralidade que Chapecó exerce na região Oeste de Santa Catarina e analisado a trajetória histórica do processo de modernização da agricultura de modo geral e, mais especificamente, sobre o município de Chapecó, é dado o momento e avançarmos no estudo conceitual sobre território, agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização. Haja vista que esses são os conceitos fundamentais que estão em jogo neste trabalho monográfico.

2. TERRITÓRIO USADO, AGRICULTURA FAMILIAR E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Este capítulo buscará contribuir para as discussões e conceitualizações acerca do uso do território, agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização. Nesta perspectiva, abordaremos num primeiro momento, a potencialidade de uso do território exercida pela agricultura familiar. Em um segundo momento, trataremos do conceito e/ou “definição” de agricultura familiar em meio ao cenário agrícola moderno que o campo brasileiro, como um todo, se encontra atualmente. E num terceiro momento, abordaremos o que são os circuitos curtos de comercialização, esforçando-nos para compreender que o uso do território, a partir da agricultura familiar e da constituição de circuitos curtos de comercialização podem ser entendidos numa perspectiva dialógica que coloque em evidência uma maneira de pensar a agricultura não apenas a partir do agronegócio, mas também a partir de uma forma familiar de fazer agricultura, através do uso que se faz do território pela atividade dos circuitos curtos de comercialização.

2.1 Sobre território usado, território e territorialidade

A linguagem cotidiana frequentemente nos deixa a margem de uma leitura atenta sobre o conceito de território, o que não quer dizer que ela não seja importante. No entanto, nota-se a necessidade em agregar neste capítulo a compreensão fundamentada do entendimento que temos, enquanto geógrafos e professores de Geografia, sobre o conceito de território. Para Santos e Silveira (2001, p. 20), “o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”. Os autores também argumentam que

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer aquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19).

O uso do território pode ser definido, dessa forma, pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Nesta perspectiva, são os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o

arcabouço normativo, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do espaço geográfico.

Milton Santos (2002) enfatiza que o território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Deve ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Haesbaert (2005) corrobora com tal perspectiva ao discorrer que o território diz respeito às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. E complementa Santos (2005, p.255): “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Becker (1983) contribui na perspectiva dos usos do território ao enfatizar sua dimensão política:

Face a multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se pois agora da geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. No momento em que se retorna à análise das relações de poder (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social (BECKER, 1983, p.7-8).

Silveira (2011, p.5) ressalta ainda que

...a cada momento histórico, o território de um país pode ser visto como um campo de forças que operam sobre formas “naturais” e artificiais. Mas estas formas têm um papel dinâmico, participando na produção de maiores densidades técnicas, informacionais e normativas. Todavia, se as formas são importantes, também o são as ações humanas, isto é, o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos. O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações.

Ademais, importa ressaltar que a ação propositiva (SCHNEIDER, MENEZES, 2014) e a capacidade de adaptação (ELLIS, 2000) refletem um espaço rural marcado pela diversidade e heterogeneidade (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2009;

KAGEYAMA, 2008) de formas, funções, processos (SANTOS, 2006). Um rural que, inclusive no Brasil, vem se caracterizando por uma (1) diversificação social, sendo atrativo para categorias sociais urbanas; (2) relações de complementaridade com o urbano e não de antagonismo; (3) mudanças nos fluxos migratórios; (4) modernização rural, no sentido da elevação das rendas e acesso a facilidades/conforto antes exclusivo da cidade; (5) valorização do patrimônio natural e cultural; (6) emergência de novos papéis dos agricultores como a geração de empregos, segurança alimentar, qualidade dos produtos, proteção ambiental. Enfim, destaca-se aqui que o rural brasileiro enquanto território-rede mostra-se diversificado, pluriativo e multifuncional (SCHNEIDER, 2009; CARNEIRO, MALUF, 2003).

Diante do exposto, na medida em que a leitura do trabalho se aprofunda, pretendemos demonstrar mais adiante que o que estamos denominando de circuitos curtos de comercialização vai ao encontro dessa diversidade e heterogeneidade de formas, funções, processos que marcam o espaço rural, representando um evento (SANTOS, 2006) que contribui para o empoderamento dos agricultores familiares, e para a construção de estratégias propositivas de adaptação (ELLIS, 2000; SCHNEIDER, MENEZES, 2014) frente ao *squeeze*⁸ da agricultura (PLOEG, 2003).

Desse modo, se faz necessário aprofundar as investigações sobre o território usado a partir dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar e as repercussões territoriais deste evento, considerando as relações estabelecidas entre os sujeitos – produtor, consumidor – verificando se os circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural.

De outra maneira, alinhado ao que se refere a discussão sobre o território, (SAQUET et al, 2011), salienta, também estabelecendo interlocuções com território usado, que nas últimas décadas, muitos pesquisadores e professores de todo o Brasil tem se debruçado sobre o estudo acerca do território, fazendo uma revisão dos conceitos apresentados até então pela ciência geográfica. Neste trabalho também estão envolvidos alunos de graduação e pós-graduação das diferentes universidades de nosso país, assumindo cada vez mais, “o território não apenas como uma noção ou conceito, mas

⁸ De acordo com o autor, *squeeze* significa “aperto”, “compreensão” e/ou “estreitamento”. O conceito refere-se à situação em que os agricultores mesmo aumentando a produtividade na agricultura, devido à queda generalizada dos preços agropecuários e o crescente aumento dos custos de produção, obtêm rendas agrícolas cada vez mais baixas. Ou seja, há um “aperto” nas suas condições de reprodução social.

como uma categoria central para a análise e interpretação geográfica” (SAQUET, et al, 2011, p. 209).

A abordagem que gostaríamos de fazer aqui, portanto, acerca da categoria território, vai ao encontro com os debates e pesquisas que abordam o espaço em caráter relacional, como produto e condição dos processos sócio-espaciais, envolvendo relações de poder, controle e dominação, possibilitando de maneira contundente uma retomada das noções e dos conceitos de território e territorialidade (SAQUET et al, 2011).

Neste sentido, a partir do modo como (SAQUET et al, 2011) aborda a territorialidade, é importante entendermos o termo em pelo menos três sentidos:

a) corresponde as relações sociais que efetivamos todos os dias; b) a apropriação e demarcação de certo espaço na forma de área, área-rede ou rede-rede ou, ainda, de manchas com formatos regulares e/ou irregulares (...); c) ao caráter organizativo de militância política e transformação em favor de uma sociedade mais justa. A territorialidade se constitui, dessa forma, numa problemática multidimensional, ao mesmo tempo, complexa, territorial, espacial e temporal: é substantivada por temporalidades (ritmos, desigualdades), tempos, territórios, diferenças e identidades (SAQUET et al, 2011, p. 211).

A abordagem territorial da agricultura familiar e dos circuitos curtos de comercialização, dessa forma, quer significar a relação entre os sujeitos que compreendem e fazem parte do território em questão, pensando numa abordagem territorial multidimensional, como processos de contínuos movimentos de continuidades e descontinuidades, superação e desafios. Neste território que estamos estudando práticas em que se caracterizam como sendo circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar, agregada a Cooper Familiar, queremos enfatizar que os circuitos curtos de comercialização são atividades que envolvem as relações de poder, de conflito e de fluxos, por exemplo, mas que, sobretudo, se apresenta como alternativa frente a hegemonia instaurada no município de Chapecó através das grandes agroindústrias, principalmente de carne e leite.

Saquet et al (2011) salienta ainda que

Os indivíduos sociais (ou atores ou agentes se se preferir dessa forma) e a multiplicidade de suas ações e reações (práticas objetivas e subjetivas) cotidianas em formas de redes (circulação e comunicação) que interligam diferentes escalas geográficas. Esses indivíduos são os trabalhadores familiares, assalariados, meeiros, ocupantes, rendeiros; os jovens e as crianças; os aposentados que estão no espaço rural, todos vivendo em sociedade, nas unidades produtivas e de consumo que ora denominamos de unidades territoriais de vida no espaço agrário (SAQUET et al, 2011, p. 216).

Saquet et al (2011), trata território como um quadro social e multidimensional. Ressalta o autor que território e territorialidade são termos diferentes, mas que podem ser usados de uma maneira relacional, potencializando o diálogo acerca dos grupos sociais por exemplo. Com essas compreensões, de uso do território, território e territorialidade, podemos pensar em como trazer a agricultura familiar para este campo de debate, sendo que a mesma não é um elemento novo no que diz respeito a sua constituição.

Nesta perspectiva, o segundo tópico deste capítulo buscará tratar da agricultura familiar de maneira conceitual, sem deixar de lado relação do termo com as reflexões que estão sendo construída neste trabalho.

2.2 A abordagem do termo agricultura familiar

Recoremos ao que já apontamos sobre a abordagem que adotamos fazer acerca do termo desenvolvimento, haja vista que a defesa que aqui vamos adotar referindo-se a agricultura familiar, também pode ser uma oportunidade de reflexão sobre que tipo de desenvolvimento está relacionado com o que conceituaremos de agricultura familiar. Nesta perspectiva, considerando nossa discussão já realizada em torno do conceito de desenvolvimento, muitas vezes, como discurso pragmático do nosso cotidiano, alertamos para o cuidado que precisamos ter ao usá-lo em nosso discurso e ao sentido que pretendemos encaminhar ao termo desenvolvimento, quando o usamos. Tal apontamento deve ser feito porque neste tópico abordaremos o significado da agricultura familiar em meio ao cenário agrícola modernizado.

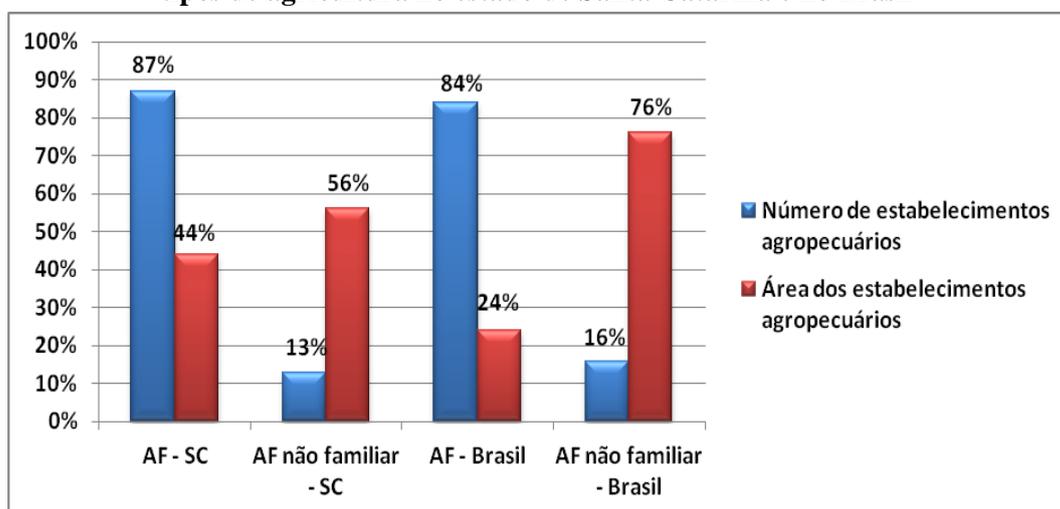
Alguns autores abordam agricultura em recorte específico da agricultura como um todo, sendo que outros preferem usar os termos agricultura campesina e/ou agricultura de subsistência, dentre outras. No entanto, nos chama atenção à definição dada por Houtart (2014):

El término agricultura campesina ha sido discutido. Algunos prefieren hablar de agricultura familiar o de agricultura de pequeña dimensión. Se puede opinar de varias maneras, pero lo esencial es el contraste entre una agricultura organizada de manera “industrial”, en función de la lógica del capital, o una producción orientada por campesinos autónomos con una perspectiva holística de la actividad agrícola (incluyendo el respeto de la naturaleza, la alimentación orgánica, la salvaguardia del paisaje); en otras palabras, una agricultura orientada por el valor de uso versus una actividad agraria basada sobre el valor de cambio (HOUTART, 2014, p. 11).

Reconhecer a agricultura familiar como um modelo estratégico de desenvolvimento rural é necessário para superar o mito de que a agricultura familiar é pouco ou menos importantes do que as *commodities* do agronegócio. Podemos afirmar que a agricultura familiar tem sido designada com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos no Brasil, assumindo ares de novidade e renovação, acentuados pelas políticas públicas destinadas a este ator social (WANDERLEY, 2001).

Dados do censo agropecuário de 2006 apontam para essa diversidade do meio rural ao estabelecer um paralelo entre agricultura familiar e não familiar (ou o agronegócio). A seguir, o gráfico 01 retrata essa diversidade com base em dados do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Gráfico 01 - Número de estabelecimentos agropecuários e área (%), segundo os diferentes tipos de agricultura no estado de Santa Catarina e no Brasil⁹



Nota: AF (Agricultura Familiar)

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. IBGE, 2006. Organização própria.

O gráfico 01 permite visualizar a desigual distribuição do número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos em relação à agricultura familiar e não familiar no estado de Santa Catarina e no Brasil. Em Santa Catarina, ao passo que a agricultura não familiar apresenta 13% dos estabelecimentos agropecuários,

⁹ Os dados apresentados nas tabelas e gráficos deste tópico são oriundos de um trabalho realizado em conjunto com a professora Dra. Anelise Graciele Rambo. O trabalho é relativo ao desenvolvimento de um projeto maior intitulado *Agricultura Familiar, abastecimento e mercados institucionais: conexões entre Brasil, Cabo Verde e Uruguai na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional*. O mesmo também encontra-se publicado nos anais do Evento da Pós-Graduação em Geografia da Unesp Campus Rio Claro, ocorrido em 2014. Referência: DENTZ, E. V.; RAMBO, A. **Novos usos do território** - considerações sobre os usos dos espaços rurais em Santa Catarina a partir dos mercados institucionais da alimentação escolar. In: XII seminário de pós-graduação em geografia - territórios possíveis - paradigmas da Geografia contemporânea, Rio Claro – SP, 2014.

a agricultura familiar ocupa 87% dos estabelecimentos. A desigualdade se acentua quando analisamos a área de terras de cada grupo. A agricultura não familiar que detém apenas 13% dos estabelecimentos agropecuários possui 56% da área de terras do estado de Santa Catarina. Por outro lado, a agricultura familiar que detém 87% dos estabelecimentos agropecuários ocupa apenas 44% da área.

Referente ao Brasil, esse dado é mais discrepante se comparado ao estado de Santa Catarina. No país, a agricultura familiar representa 84% do número total de estabelecimentos agropecuários, mas é responsável por apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos. Enquanto isso, a agricultura não familiar representa apenas 16% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, mas é detentora de mais de 75% da área dos estabelecimentos agropecuários.

O número de estabelecimentos agropecuários no Brasil, em si, já demonstra a importância da agricultura familiar para o território nacional, pois estamos falando de dados que correspondem a quase 85% do total de estabelecimentos agropecuários. Outra estatística pertinente às análises do espaço rural diz respeito ao tamanho médio da área dos estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar apresenta uma média de 18 hectares por estabelecimento, enquanto que a agricultura não familiar ultrapassa os 300 hectares, como pode ser analisado na tabela 01. No entanto, importa ressaltar, conforme Frederico (2010), que existem propriedades monocultoras, principalmente no cerrado brasileiro, região dos *fronts* agrícolas, que ultrapassam os 40 mil hectares de área.

Tabela 01 - Média de área ocupada a partir dos diferentes tipos de agricultura

	% da área ocupada	Média das áreas (ha)
Agricultura Familiar	15,3%	18,37
Agricultura não familiar	84,7%	309,18
Total	100%	327,55

Fonte: Censo agropecuário 2006. IBGE 2006. Organização própria.

Além disso, na tabela 02, é possível analisar dados da participação da agricultura familiar, no que se refere ao pessoal ocupado e ao valor bruto de produção. No Brasil, o pessoal ocupado na agricultura familiar representa 84% do total, dando oportunidade de

trabalho para 12,6 milhões de pessoas. Essa população ocupada na agricultura familiar é geradora de um valor bruto de produção da agricultura familiar de mais de R\$ 121 milhões, o que representa 34% do total produzido na agricultura brasileira (IBGE, 2006). No estado de Santa Catarina, é possível identificar um número considerável de pessoas ocupadas na agricultura familiar numa área de terra reduzida, se comparado ao a agricultura patronal. Tal afirmativa pode ser constatada na tabela 02.

Tabela 02 - Dados da participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil e em Santa Catarina

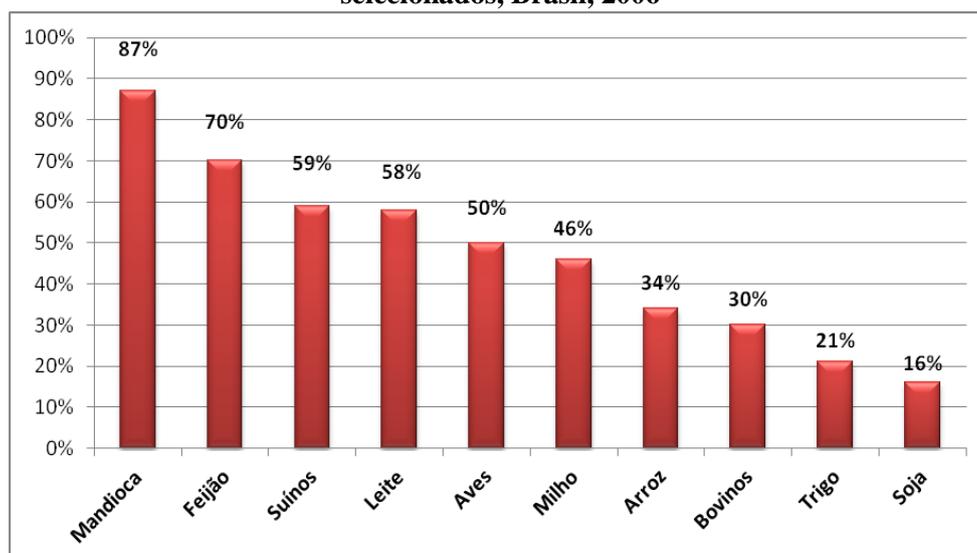
Variável	Brasil		Santa Catarina	
	Número	% do total	Número	% do total
Estabelecimentos agropecuários	4.637.902	84%	168.544	87%
Área dos estabelecimentos (ha)	80.25 milhões	24%	2.645.088	44%
Pessoal ocupado (pessoas)	12.6 milhões	74%	468.892	82%
Valor bruto da produção (R\$)	121.833 milhões	38%	5.678 milhões	64%

Fonte: Censo agropecuário 2006. IBGE 2006.

Os 87% de estabelecimentos agropecuários que ocupam 44% da área no estado Santa Catarina, também são responsáveis por 82% do pessoal ocupado, o que representa mais de 450 mil pessoas e 64% do valor bruto de produção, o que representa mais de R\$ 5,5 milhões. Esses dados representam a importância da agricultura familiar no estado e no Brasil, acentuada pela diversidade de cultivos e de atividades, capazes de fomentar as economias locais/regionais e, ao mesmo tempo, contribuir para um uso mais sustentável dos recursos naturais, decorrentes da diversificação da produção, em grande parte de alimentos.

Importa retomar que é a agricultura familiar quem produz boa parte dos alimentos do Brasil. O gráfico 02 apresenta dados sobre a contribuição da agricultura familiar na produção de diferentes tipos de alimentos no Brasil.

Gráfico 02 - Participação da agricultura familiar em cultivos selecionados, Brasil, 2006



Fonte: Censo agropecuário 2006. IBGE 2006. Organização própria.

Os dados do gráfico 02 nos permitem observar a diversidade de cultivos e de atividades na agricultura familiar, o que pode favorecer o uso mais sustentável do território, uma vez que contribui mais para a manutenção da agrobiodiversidade, sobretudo se comparado ao agronegócio monocultor e produtor de *commodities*. No entanto, vale dizer, de acordo com pesquisas realizadas, 57% dos produtos agroindustrializados provém da agricultura familiar.

A realidade expressa pelos dados acima, é em parte, resultado do uso decorrente da modernização da agricultura, a qual não se deu de forma homogênea, uma vez que o progresso técnico não se difundiu uniformemente, mas sim, levou a uma concentração espacial e setorial (BALSAN, 2006). A partir da literatura consultada, evidenciamos que a desigualdade da modernização se expressa em três níveis: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Frederico (2013, p.220) ressalta que “os principais beneficiados pela modernização do campo foram os grandes produtores agrícolas, grandes agroindústrias e empresas multinacionais fabricantes de agrotóxicos, maquinário agrícola e do comércio mundial de grãos”.

Ao considerar essas dinâmicas socioespaciais distintas e paralelas, decorrentes da Revolução Verde, como já abordado no capítulo anterior, Ploeg (2006) trata do *squeeze* na agricultura, consequência, em certa medida, de resultados produtivos bem-sucedidos da modernização da agricultura, mas, discretos resultados sociais,

representando, por vezes, um decréscimo das condições de vida de parte considerável dos agricultores.

Frente a esse aperto da agricultura (*squeeze*), constitui-se uma heterogeneidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar resultando numa pluralidade de estilos de agricultura (Ploeg, 1993; 2004) e de mecanismos de manutenção perante a generalização das relações mercantis. Para Ploeg (2003), os estilos de agricultura

...podem ser considerados como algumas das muitas respostas para o projeto da modernização [...]. Alguns estilos representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização (e são materialmente dependentes de sua continuação). Outros estilos, por sua vez, representam um distanciamento e uma desconstrução de toda limitação e controle impostos pelo projeto modernizador (PLOEG, 2003, p. 113).

Portanto, segundo o autor, os estilos de agricultura não necessariamente se opõem ao projeto modernizador dominante, derivando e resultando em situações de maior autonomia ou dependência e, portanto, em situações de maior ou menor diversidade e diversificação.

Ellis (2000) corrobora com essa análise, tratando da capacidade de reação e da capacidade de adaptação. A primeira resultaria de uma incapacidade de buscar alternativas, impondo a reprodução de estilos de agricultura marcados pela verticalidade das relações entre agricultores e mercados. A segunda estaria pautada na possibilidade de buscar certo distanciamento visando a construção de alternativas. Neste caso, é importante considerar que as motivações que levam os agricultores a constituírem determinados estilos de agricultura estão vinculados ao padrão de desenvolvimento rural predominante em determinado recorte territorial.

Schneider e Menezes (2014), também corroboram com essa perspectiva, ao afirmar que agricultores familiares não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva.

No entanto, é importante constar também, que conforme a legislação brasileira,

Art. 3º. para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).

De acordo com o INCRA, o agricultor familiar possui sua renda e seu trabalho em conjunto com seus componentes familiares, sendo que os mesmos fazem sua gestão e direcionamento do processo organizativo de sua produção.

Ademais, no plano governamental, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) caracteriza os (as) agricultores (as) familiares como aqueles (as) que

Trabalham em regime de economia familiar, explorando a terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso de emprego permanente, sendo permitido eventual ajuda de terceiro, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; não detentor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; 70% da renda familiar sejam originárias da exploração agropecuária e/ou extrativista, residência na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (MDA, 1996, p.2).

Da mesma forma, o agricultor familiar explora sua terra, com assistência de seus familiares, podendo ter auxílios de terceiros quando necessário, sendo proprietário de seus negócios, residente na propriedade onde exerce a economia familiar.

Dessa forma, os vários teóricos e órgãos públicos que trabalham com a agricultura familiar optam por abordar a mesma de diferentes maneiras. No entanto, é notável que os autores como Ploeg, (1993; 2003; 2004), Ellis (2000), Schneider e Menezes (2014), dialogam de forma a produzir um escopo de sistematização teórica sobre a agricultura familiar, que dê conta de nos apresentar características e conceitos sobre a mesma, tal como apresentamos neste tópico. Esse escopo, não necessariamente deve satisfazer nossos anseios e postura acerca do termo agricultura familiar, mas são construções teóricas que também visam o esclarecimento sobre agricultura familiar de maneira holística, isto é, dando sustância e possibilidades de discussão em meio a postura que adotamos sobre o termo agricultura familiar.

Portanto, antes de partir para o conceito de circuitos curtos de comercialização, é importante destacar que a agricultura familiar não é uma categoria analítica nova, ou seja, a mesma existe há tempo e merece todo cuidado em qualquer que seja a análise feita sobre ela, pois leva em conta a complexidade presente em uma das esferas do espaço rural como um todo.

2.3 O que são os circuitos curtos de comercialização?

Tendo em conta a discussão realizada no capítulo um, cabe aqui uma indagação: em que medida os circuitos curtos de comercialização resultam dos processos que marcam o avanço do meio técnico-científico-informacional e se configuram como sendo uma forma de resistência e uma alternativa para aqueles agricultores que não foram “agregados” no pacote científico da agricultura científica globalizada? Ademais, o que são os circuitos curtos de comercialização? Este poderia resultar em outro problema de pesquisa.

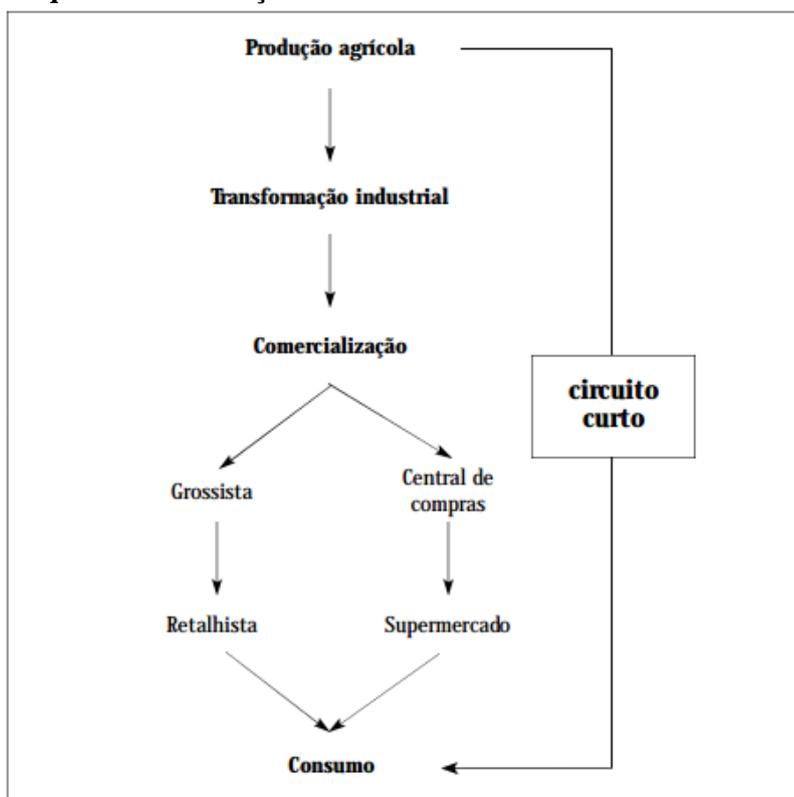
Ao adentrar na discussão sobre circuitos curtos de comercialização é importante inferir que estes circuitos são uma forma de comercializar os produtos permitindo “diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇOIS, 2000, p. 13). Segundo a autora, circuito mais curto é aquele em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor, chamada ‘venda direta’. Estes circuitos constituem oportunidades para criar valor acrescentado no território e para reforçar a especificidade dos produtos. Estas formas de venda, através da ligação estreita que estabelecem entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter de proximidade da produção local.

A agricultura familiar, por sua vez, pode ser considerada a principal protagonista pela constituição dos circuitos curtos de comercialização. Dessa forma, os agricultores familiares que não se enquadraram nas exigências tecnológicas que as agroindústrias impuseram ao longo da história, de acordo com o que já abordamos desde o início deste trabalho, viram-se obrigados a buscar estratégias alternativas, a fim de sobreviver e manter-se na agricultura. Para isso, adotaram dinâmicas diferenciadas, que se caracterizam através de um processo de diversificação de cultivos e atividades na propriedade e fora dela. Os circuitos curtos de comercialização estão diretamente relacionados a este cenário.

Ademais, de acordo com François (2000), os circuitos curtos de comercialização oportunizam o aumento do valor acrescentado nos produtos, representam uma ação progressiva que pode conquistar um mercado significativo de consumidores, valorizam a proximidade geográfica e cultural, além de reconhecerem a especificidade dos produtos de um dado território. Dessa forma, poderíamos representar

da seguinte maneira um esquema (esquema 01) que define os circuitos curtos de comercialização.

Esquema 01: definição de um circuito curto



Fonte: FRANÇOIS, 2000, p. 15. Organização própria.

O esquema 01 demonstra com clareza que circuito curto diz respeito ao caminho mais breve possível existente entre produtor e consumidor. Quanto menos intermediários existirem entre o produtor e o consumidor, mais sentido terá o significado de circuitos curtos, considerando que o produto, para ser comercializado, não necessariamente tenha que passar por um processo industrial, por uma central de compras e ser vendido em um supermercado, por exemplo, conforme apontado no esquema 01.

Nesta perspectiva, o que falávamos a pouco sobre a definição de circuitos curtos de comercialização, desde a perspectiva apresentada pelo esquema 01, não necessariamente deve nos fazer entender que a ideia de circuitos curtos deve estar ligada a curtas distâncias terrestres, em que o produto percorre até o consumidor final, mas sim, com o número de intermediários entre a produção e o consumo. Por exemplo, se um produtor se dirige com um caminhão à cidade para montar uma banca e vender o seu produto diretamente, estamos perante uma venda em circuitos curtos. No entanto,

existem alternativas para o consumidor, sendo que o produtor também tem a possibilidade de entregar mais diretamente ou menos diretamente o seu produto ao consumidor, como aponta o esquema 01.

François (2000) salienta ainda que na Europa, por exemplo, usa-se a denominação Circuitos Curtos, quando o número de intermediários entre o produtor e o consumidor é inferior ou igual a um. O estabelecimento de circuitos curtos de comercialização, recorrendo a Baptista (2008), deverá constituir um dos pilares da estratégia de valorização do produtor e consumidor. A aproximação entre produtores e consumidores é um objetivo a ser alcançado. Os circuitos curtos de comercialização, nesta perspectiva, podem assumir formas e profundidades diversas, desde a venda local, passando pela venda direta em feiras e mercados, por exemplo.

Na literatura brasileira, que também está baseada na literatura francesa, encontramos algo interessante que pode nos ajudar na conceitualização dos circuitos curtos de comercialização.

Os circuitos curtos de comercialização são um exemplo de sistemas agroalimentares (SAA), que podem ser caracterizados pelo que contestam – são alternativos a que? – e pelo que propõem. Segundo Lamine (2005), se opõem a desregulação e globalização que afeta os circuitos alimentares e à degradação dos ecossistemas, inclusive agrícolas. Frente a isso, constituem redes onde há possibilidade de redistribuição do valor agregado, de criação de laços de confiança entre os atores envolvidos e de novas formas de associação política e de governança. Um estudo aprofundado da literatura da língua inglesa realizado por Deverre e Lamine (2010) permite traçar um panorama geral sobre os enfoques dados à questão na literatura científica em diferentes países. A definição dos sistemas agroalimentares alternativos é ampla e designa tanto iniciativas de valorização do território, como diferentes formas de venda direta, associações e parcerias entre produtores e consumidores, produção direta pelos consumidores ou ainda estruturas territoriais de abastecimento e distribuição alimentar. Na América do Norte muitas das iniciativas tem como foco a questão do *food security*, no sentido do acesso à alimentação para todos os cidadãos; o direito à alimentação de qualidade é aqui ligado ao fortalecimento da democracia local frente à globalização (RETIÈRE, 2014, p. 26).

Os circuitos curtos e em particular a venda direta requerem conhecimentos em técnicas de comercialização que não estão ao alcance de todos os produtores (FRANÇOIS, 2000). Por outro lado, se os agricultores tem a possibilidade de usufruir da geração de renda a partir dos circuitos curtos de comercialização, nesta atividade já está contida a capacidade de apreender técnicas de comercialização, por exemplo, visando à constituição de uma atividade (Circuitos Curtos de Comercialização) mais eficiente e viável economicamente para os agricultores, além de ser uma alternativa que

fomenta a continuidade da agricultura familiar e dá visibilidade aos produtos que são produzidos pela agricultura familiar.

3. O ESPAÇO RURAL EM CHAPECÓ E PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS DE ECONOMIA: UM ESTUDO A PARTIR DA AGROINDÚSTRIA BERGAMIN

O município de Chapecó, com o Censo (2010), apresentou 183.561 habitantes¹⁰, sendo que desses, apenas 5.511 vivem no meio rural, localizados em 1.837 estabelecimentos rurais. As atividades de destaque desenvolvidas no meio rural de Chapecó são: a bovinocultura de leite, a produção de grãos, destacando-se o milho e o feijão, a avicultura e a suinocultura (BERGAMIN, 2011).

De acordo com dados do IBGE (2000), a área rural do município de Chapecó é constituída essencialmente por agricultores familiares com pouca quantidade de terra. Do total de 1.837 estabelecimentos rurais, 92% são de caráter familiar. Segundo Testa (1996, p. 22), a predominância de solos inclinados e pedregosos dificultou a estruturação de grandes propriedades, propiciando o desenvolvimento da agricultura familiar diversificada na região Oeste catarinense.

Nos anos 1960, a população rural do município correspondia a 68% da população, tendo decrescido para 8% em 2003. Diversos fatores contribuíram para esse processo, tais como: o surgimento das agroindústrias nos anos 1960, a reestruturação da produção e dos produtores, atrelados a tendência de modernização agrícola. A pequena propriedade, no entanto, não fornecia retorno suficiente para investimentos em modernização. A carência de opções de renda levou muitos agricultores a se desfazer de suas propriedades, abandonando a atividade agropecuária e migrando para a cidade, assim como comentado em páginas anteriores.

Tendo presente experiências de cooperação existentes na região, agricultores do município de Chapecó criam a Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar – Cooper Familiar, sobre a qual falaremos mais adiante, uma experiência de cooperação que busca organizar a produção, industrialização e comercialização dos produtos das famílias associadas, articulada com a rede APACO/ UCAF (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina /Unidade central das Agroindústrias Familiares) e produtos com a marca Sabor Colonial (BERGAMIN, 2011). Neste sentido, através de parcerias estabelecidas com o poder público municipal foram

¹⁰ Estimativas mais recentes do IBGE (2014) indicam que Chapecó ultrapassa 200 mil habitantes. No entanto, queremos considerar neste estudo o número de habitantes obtido no último Censo Demográfico, ocorrido em 2010.

desenvolvidos programas para construção de açudes, produção de hortigranjeiros e produtos agroecológicos, de agroturismo, de fruticultura e de agroindústria familiar. Esses projetos procuram fortalecer e desenvolver a agricultura familiar do município.

Segundo Mior (2005, p. 38), “as estratégias dos agentes públicos, privados e ONGs buscam novas formas de inserção da agricultura familiar, mais ligada à diversificação e à busca de qualidade diferenciada dos produtos, visando o desenvolvimento territorial”. Compreende-se, neste sentido, conforme Bergamin (2011), que além das culturas tradicionais como o milho, feijão, soja, arroz, mandioca, trigo, entre outros, os agricultores familiares de Chapecó passam a dedicar-se a alternativas para complementar suas rendas.

Algumas dessas alternativas, corroborando com Bergamin (2011) são:

- a) Agroturismo: atividade, ainda em fase de expansão, desenvolvida por vinte e cinco (25) agricultores familiares. O agroturismo está se tornando uma alternativa de renda complementar, além de contribuir para o aumento da autoestima dos agricultores, pela melhoria do visual e do ambiente rural. É também uma estratégia para conservar a cultura e a tradição colonial.
- b) Fruticultura: referente aos agricultores familiares que trabalham com o cultivo de pêssegos, uvas, laranjas. O programa foi instalado em 1998 e conta com 330 famílias.
- c) Piscicultura: Em 2003 a produção foi de 233.700 kg/ano. Quanto à comercialização, 60% são comercializados nas feiras agroecológicas, 20% no mercado de São Paulo, e 20% nas próprias propriedades com a atividade de pesque e pague.
- d) Agroindústrias familiares de pequeno porte: nesse tipo de atividade ocorrem agroindustrialização artesanal de vinhos, queijos, salames e outros produtos derivados do suíno, panificação, fabricação de cachaça, doces e muitos outros. O comércio dos produtos é realizado nas feiras coloniais e agroecológicas do município de Chapecó, sendo que uma parte da produção também é destinada aos supermercados locais. Essa atividade tem se mostrado como uma importante fonte de renda para o produtor rural (BERGAMIN, 2011).

Conforme a descrição das atividades acima citadas, percebemos que essas atividades recorrentes no espaço rural do município de Chapecó primam pela

autogestão, cuidado ambiental, respeito cultural, e solidariedade econômica. Ademais, a geração de renda obtida entre os agricultores familiares ganha forte posição social e econômica para os mesmos (BERGAMIN, 2011).

O município de Chapecó, bem como foi descrito no capítulo um e nos parágrafos anteriores, é portador de um espaço rural e também urbano de importância regional no Oeste de Santa Catarina. Da mesma forma que nos outros capítulos, aqui nos interessa tratar do espaço rural e, sobretudo, nesta etapa do trabalho, sobre a dinâmica que os circuitos curtos de comercialização são capazes de imprimir no território do município de Chapecó. Para tanto, usaremos o caso da Cooper Familiar a partir de trabalhos de campo, trabalhos técnicos e entrevista realizada, para que assim poderemos confrontar a teoria e a prática. Neste sentido, o subtópico que segue buscará apresentar o que é, como nasceu como funciona, quem trabalha e qual a importância da Cooper Familiar para a compreensão de práticas que podem ser compreendidas como sendo de circuitos curtos de comercialização em Chapecó.

3.1 A Cooper Familiar

Segundo Bergamin (2011), como aponta o livro de registros da própria Cooper Familiar (1995), a Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar - COOPER FAMILIAR - foi constituída em 17 de abril de 1995, através do debate realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, a partir da necessidade e importância de ter um instrumento que viabilizasse o trabalho da cooperação agrícola, das compras coletivas de produtos e insumos, e do repasse do crédito agrícola aos agricultores.

As primeiras experiências de grupos de produção de sementes crioulas, segundo Bergamin (2011), ligadas a Cooper Familiar ocorreram nas comunidades do município de Chapecó (Linha Almeida, Baronesa da Limeira, Figueira), e no município de Guatambu (Linha Siqueira) no ano de 1997. Nesse mesmo período, organizaram-se as famílias que produziam laranja. Através da justa comercialização no mercado, inicia-se entre os agricultores “a discussão sobre a importância da produção agroecológica” (BERGAMIN, 2011, p. 18).

Bergamin (2011) também salienta que nos anos de 1998 e 1999 inicia-se o debate sobre a importância de ter uma marca dos produtos da agricultura familiar e,

juntamente com a associação dos pequenos agricultores da região Oeste de Santa Catarina (APACO), cria-se a lei estadual que estabelece a marca Sabor Colonial. Nesse mesmo período ocorre a criação do sistema de Crédito Solidário (sistema CRESOL), da rede de produtos orgânicos de certificação participativa (rede ECO VIDA) e a discussão sobre a criação de uma feira permanente de produtos orgânicos no município de Chapecó. Os objetivos da Cooperativa ampliaram-se, sendo que no ano de 2001 começam a ser constituídas as agroindústrias familiares, através de filiais, as quais viabilizaram a legalização dos produtos industrializados dos agricultores.

O conjunto de instituições que ganharam corpo a partir da mobilização organizada dos agricultores familiares do município de Chapecó deu origem a algumas alternativas para os agricultores que se viram desvinculados do processo de modernização da agricultura (MIOR, 2005). Neste contexto nasceu a Cooper Familiar. Os circuitos curtos de comercialização, por sua vez, são reflexos inerentes à criação dessas instituições cooperativas, pois a Cooper Familiar, por exemplo, possibilitou a atuação organizada e cooperada dos agricultores familiares do município/região, desencadeando novos circuitos curtos de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Ainda, e na mesma perspectiva, segundo os registros da entidade, sistematizados em Bergamin (2011), a partir de 2002 inicia-se uma nova fase na organização da Cooper Familiar: por decisão tomada em reunião com a direção, fecha-se o espaço para a comercialização dos produtos de agropecuária e trabalha-se fortemente com a organização da produção dos agricultores familiares e a comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de forma direta com as instituições sociais e governamentais.

Nesse mesmo ano, Bergamin (2011) aponta que a prefeitura de Chapecó inicia a experiência de aquisição de alimentos dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, sendo que a Cooper Familiar torna-se parceira estratégica nesse processo, pois a mesma passa a ser encarregada de receber e redistribuir toda a merenda escolar para as escolas do município de Chapecó. Outro dado importante a ser destacado, segundo a autora em citação, diz respeito à produção de leite: no ano de 2003 organizou-se a venda coletiva do leite, através da qual os agricultores, de forma coletiva, comercializam sua produção agregando maior valor ao litro de leite.

Ao abordar os objetivos que caracterizam o trabalho e as perspectivas da Cooper Familiar, Bergamin (2011) demonstra que, a partir de entrevistas que naquela oportunidade realizou, dos entrevistados, 28% destacam que construir alternativas de comercialização dos produtos, principalmente de forma direta, é o principal objetivo da Cooper Familiar; ademais, para 19% dos entrevistados, a organização da produção e o acompanhamento técnico deve ser o objetivo principal da cooperativa; a construção de alternativas com geração de renda para as famílias e a organização das famílias e agricultores está presente como objetivo para 17% dos entrevistados e, por fim, para 12% dos entrevistados, o objetivo da Cooper Familiar é incentivar o trabalho de desenvolvimento sustentável e solidário.

Esses mesmos dados podem ser observados e analisados com maior cuidado na tabela 03.

Tabela 03: avaliação dos cooperados sobre os principais objetivos da Cooper Familiar.

Porcentagem dos entrevistados que consideram este, o objetivo mais relevante da Cooper Familiar	Objetivo da Cooper Familiar
28%	Construir alternativas de comercialização dos produtos, principalmente de forma direta.
19%	Organizar da produção e acompanhamento técnico.
17%	Construir alternativas com geração de renda para as famílias
17%	Organizar as famílias e agricultores.
12%	Incentivar o trabalho de desenvolvimento sustentável e solidário.
7%	Trabalhar com agroindústrias familiares.

Fonte: Bergamin (2011). Organização própria.

O estudo realizado por Bergamin (2011), a partir da análise que pode ser feita da tabela 03, aponta que em todas as entrevistas realizadas constatou-se que as respostas dos (as) associados (as) se direcionam no sentido de “que o existir da Cooper Familiar está vinculado a um diferencial de ser suporte aos agricultores na construção de ações sustentáveis para a agricultura familiar da região” (BERGAMIN, 2011, p. 41).

De acordo com Bilini (2014) a Cooper Familiar é portadora de um conjunto de atividades, sendo que algumas delas podem ser usadas como exemplos para caracterizar os Circuitos Curtos de Comercialização. Neste sentido, a autora discorre que o programa do leite que funciona na Cooper Familiar é um programa que envolve grande número de associados da Cooper Familiar. Bilini (2014) enfatiza que em 2013 eram

cerca de 190 famílias na atividade entregando mais de três milhões de litros de leite por mês (grifo meu, p. 35). Nesta perspectiva, considerando o cenário que a cadeia leiteira vem enfrentando desde 2013, podemos inferir que a construção de uma sede própria para a cooperativa pode ser um passo acertado. Antes de serem agregados a Cooper Familiar, quando os agricultores dependiam de empresas terceirizadas para fazer a industrialização do leite era um risco, pois o pagamento aos produtores sofria atrasos, além das questões relacionadas a adulteração do produto. Segundo Bilini (2014, p. 35) “o leite é uma das principais fontes de renda para os associados da cooperativa e essa independência no processamento do produto pode ser uma saída interessante para os produtores” (BILINI, 2014, p. 35).

Outro exemplo que Bilini (2014) aponta são as feiras. Segundo a autora, a Cooper Familiar iniciou seu trabalho de apoio às feiras de produtos coloniais em 2004, debatendo junto aos agricultores a importância desse espaço para a comercialização dos produtos, bem como a importância da aproximação entre produtor e consumidor. Ademais,

[...] a comercialização nas feiras é entendida como um processo mais vantajoso em relação ao mercado institucional, pois na feira não existem atrasos de pagamento e o contato com o consumidor é ainda mais evidente. A cooperativa não conta com uma estrutura de pessoal capaz de suprir as necessidades dos agricultores associados por assistência técnica e para tanto conta com a parceria de prefeituras, sindicatos e outras instituições que prestam ATER. A falta de pessoal é uma das principais dificuldades da cooperativa, pois dentro do programa das feiras existe o acompanhamento do grupo de agricultores ecológicos certificados, que demandaria maior atenção para o planejamento das atividades (BILINI, 2014, p. 36).

Portanto, com o que pudemos conhecer sobre o histórico de existência da Cooper Familiar, podemos afirmar que essa cooperativa trabalha e se organiza de forma a proporcionar ao agricultor familiar uma significativa valorização da sua produção. O engajamento dos produtores nos circuitos curtos de comercialização no município de Chapecó, por exemplo, na chamada comercialização de produtos de forma direta, é o exemplo mais preciso que podemos trazer para o interior da discussão que concerne este trabalho monográfico. Ou seja, estamos falando de uma realidade concreta, que leva em conta as formas de vida dos agricultores familiares, apoiando e fomentando de várias maneiras a continuidade da agricultura familiar.

Neste trabalho, estamos dando foco aos circuitos curtos de comercialização como uma das maneiras de valorização da agricultura familiar (contando com a diversidade de produção e principalmente com a perspectiva dos circuitos curtos de

comercialização), bem como sendo esta uma atividade que potencializa uma nova forma de uso do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Por isso, no próximo subitem, estaremos tratando de um caso específico associado a Cooper Familiar, para dar sustentância a esta discussão.

3.2 A atividade em circuitos curtos de comercialização: o caso da agroindústria Bergamin - integrada a Cooper Familiar

A Agroindústria Familiar Bergamin é uma organização composta por agricultores que buscam, na união, a melhoria da renda e da qualidade de vida, através da produção de panificados. Neste sentido, considerando que os meios de trabalho tradicionais da agricultura não são mais lucrativos, pois dependem de muito investimento e o retorno é incerto, devido as condições climáticas, o desgaste da terra após muitos anos de exploração e por serem propriedades com terras montanhosas, a criação de agroindústrias como o caso da agroindústria Bergamin, acaba sendo uma alternativa viável para os agricultores que se encontram na situação acima descrita.

Nesta perspectiva, os objetivos da agroindústria Bergamin são: organizar e viabilizar a produção, industrialização e comercialização dos produtos produzidos, contribuindo para a construção de novas alternativas e geração de renda, desenvolvendo a ajuda mútua; garantir os direitos dos associados junto ao poder público, assistência técnica e na busca de recursos; trabalhar a produção da matéria prima e buscar implementar o trabalho da agroecologia e dos circuitos curtos de comercialização em seus produtos; realizar compra coletiva direta de produtos (BERGAMIN, 2011).

De acordo com a autora, a agroindústria Bergamin, que tem no seu foco a produção de panificados, teve auxílio de consultoria e capacitação de várias entidades, dentre elas, citamos:

- Epagri: presta serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica (...). O agricultor encontra orientações sobre produção agropecuária, pós-colheita e orientações sobre comercialização, administração rural, organização dos produtores, crédito orientado, educação ambiental e educação sanitária.
- UCAF (Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense): é uma entidade civil sem fins lucrativos, tem como finalidade apoiar, através da prestação de serviços aos agricultores familiares organizados em grupos e os proprietários de pequenas agroindústrias. Através de sua equipe técnica, presta assessoria nas áreas de produção, gestão, controle de qualidade, conversão, marketing, responsabilidade técnica e comercialização, buscando propiciar produtos com qualidade, procedência e

legalização. Oferece assessoria técnica para melhorar a qualidade e a padronização da produção.

- APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina), é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, com sede em Chapecó, tem como objetivo estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo na região Oeste de Santa Catarina. É formada e dirigida por grupos de agricultores familiares que se organizam e desenvolvem atividades de forma cooperada.
- Cooperativa Central Sabor Colonial, é a marca que garante que os produtos são de origem da agroindústria familiar;
- SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó e Região) é a entidade que representa os agricultores familiares;
- Para os financiamentos, a cooperativa contou com o Pronaf Agroindústria (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar): a finalidade é de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais, e a exploração de turismo rural, com juros mínimos (1,00 % a.a.) (BERGAMIN, 2011).

Essas entidades são fundamentalmente importantes para a agroindústria Bergamin, pois contribuíram para a superação dos limites iniciais dos membros da agroindústria, devido a baixa escolaridade e a dificuldade na realização da gestão financeira da atividade institucional.

Nessa perspectiva, de acordo com Bergamin (2011), os membros dessa agroindústria passaram por um processo de capacitação em gestão, visando auxiliar e melhorar a organização dos agricultores, que resolveram então fazer a transformação de frutas (figos e pêssegos), principalmente, em compotas e doces, para serem comercializados em um raio de poucos quilômetros e pretenciosamente da forma mais direta possível, potencializando, desde já, os circuitos curtos de comercialização. Com o início dessa atividade, os resultados positivos começaram aparecer. A etapa seguinte da agroindústria Bergamin foi a elaboração de novos produtos, os panificados; sendo estes, até hoje, o ponto forte da agroindústria Bergamin.

No início do processo, de acordo com Bergamin (2011), as ações aconteciam informalmente, devido a falta de recursos financeiros para montar uma unidade de processamento específica. Dessa forma, os produtos eram produzidos na cozinha de uma família integrante do grupo, mas com o aumento da demanda, o espaço tornou-se pequeno, sendo que tiveram que se mudar para o porão dessa mesma residência, permanecendo neste local por três anos.

Em 2002, Bergamin (2011) salienta, após juntar um valor significativo em caixa – valor esse totalmente investido na compra de equipamentos básicos para a panificação – temos a agroindústria Bergamin se especializando na produção de

panificados e tornando-se “carro chefe” da Cooper Familiar. Após essas evoluções, o grupo decidiu pela implementação de uma unidade de produção formalizada junto a vigilância sanitária.

De acordo com Bergamin (2011), em 2003, o grupo começa com a venda de seus produtos na feira municipal de Cordilheira Alta – município vizinho de Chapecó -, realizada na semana em comemoração ao aniversário do município; com uma banca na Feira do município de Chapecó, onde expõe seus produtos duas vezes por semana pela parte da manhã (terças-feiras e sábados), até os dias de hoje; além de colocar seus produtos no mercado público de Chapecó de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial e ao sábados de manhã. O transporte da produção foi sendo realizado com veículos de passeio de cada família agregada na agroindústria Bergamin.

Bergamin (2011) salienta que com a aceitabilidade dos produtos nos pontos comerciais, boa gestão financeira e de pessoas realizadas pelos membros da agroindústria Bergamin, os mesmos proporcionaram construir um projeto para a sede da agroindústria. A autora afirma que em 2004 começou a ser desenvolvido o projeto de construção da agroindústria. Em 2005, a construção da sede aconteceu e finalmente em 2006, no mês de abril, ocorreu a inauguração da área construída, de aproximadamente 100m².

Segundo Bergamin (2011), a demanda pelos produtos da agroindústria não parava de aumentar, dessa forma, o grupo de cooperados decidiu pela ampliação da unidade em mais 60m² (totalizando 160m² - figura 03). Ademais, a agroindústria começou a ser equipada com equipamentos modernos, além da ampliação das variedades dos produtos produzidos e aquisição de veículos próprios para o transporte dos produtos, visto que houve a necessidade de atender com maior qualidade a demanda consumidora que começava a crescer. Esse conjunto de mudanças ocorridos no interior da agroindústria Bergamin, vale salientar, foi financiado com recursos do Pronaf Agroindústria (BERGAMIN, 2011).

Figura 03: propriedade da agroindústria Bergamin.



Fonte: registros da Cooper Familiar (2015). Organização própria.

Vale salientar ainda, de acordo com Bergamin (2011), que a partir dessas ampliações, foram desenvolvidas receitas para elaboração de aproximadamente 64 (sessenta e quatro) produtos derivados de panificados, conforme a tabela 04.

Tabela 04: Produção derivada de panificados produzidos na agroindústria Bergamin

Bolacha	De chocolate, côco, fubá, manteiga, melado, caseira, amendoim, polvilho e biscoito com chocolate.
Salgados	Esfira, pastel assado, enrolado de salsicha, enroladinho de presunto e queijo.
Pizzas¹¹	Calabreza, frango, coração de boi, quatro queijos, salame, etc.
Cucas	Simples e recheadas.
Bolos	Simples, de aipim, de laranja, de côco.
Tortas	De frutas, quatro leites, morango, dentre outras.
Doces para festas	Cocada, rapadura, paçoca, brigadeiro, caramelados, trufas, dentre outros.

¹¹ Além de diferentes sabores, a produção de pizza também acontece em diferentes tamanhos (extra-pequena, pequena, média, grande, tamanho família).

Salgados para festas	Risoles, coxinha, pastel bolha, dentre outros.
Pães	De forma, fateado, sovado, integral e francês.
Massas	De pastes, caseira e lasanhas.
Outros produtos	Amarra marido, alfajor, suspiro, tortéi, agnolini, lasanhas, compota de pêsego e figo e conserva de pepino.

Fonte: Bergamin (2011). Organização própria.

Na figura 04 é possível ter uma ideia da produção de panificados na agroindústria Bergamin. Nota-se, nesta foto, os diferentes tipos de bolachas e pães produzidos, sendo em sua grande maioria, comercializadas diretamente com o consumidor, figurando um caso concreto de Circuitos Curtos de Comercialização (FRANÇOIS, 2000).

Figura 04: diversidade na produção de bolachas e pães da agroindústria Bergamin.



Fonte: registros da Cooper Familiar (2015). Organização própria.

Além da considerável diversidade de produção na linha de panificados produzidos pela agroindústria Bergamin, este grupo também atende a pedidos de festas de aniversários, casamentos e festas de comunidades. Neste sentido, Bergamin (2011) salienta que essa grande variedade de produtos só foi possível graças a organização e

cursos de aperfeiçoamento que são feitos constantemente pelos membros que compõem essa agroindústria.

Com a ampliação dos produtos, em 2007/2008, foram montadas duas rotas de comercialização, contemplando cerca de 100 famílias, no interior de Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Chapecó (BERGAMIN, 2011). No início, os produtos eram comercializados por escambo (venda dos panificados em troca de insumos para processamento dos produtos – ovos, manteiga, etc). A experiência deu certo e o número de rotas foi dobrado, atingindo aproximadamente 500 (quinhentas) famílias atualmente. A produção que era em média de 600 (seiscentos) Kg/mês quando no porão, em 2012 passou a ser de 3.000 (três mil) Kg/mês e 2013 a média está em 4.000 (quatro mil) Kg/mês (BERGAMIN, 2011).

Atualmente, o grupo continua ampliando sua produção, implementou novas rotas de comercialização, adquiriu novos carros utilitários, dividiu tarefas ao longo da cadeia produtiva, contando com 10 (dez) funcionários que trabalham na agroindústria em média 8 horas por dia, de segunda a sexta-feira.

Além dessa diversidade de produção apontado na linha de panificados pela agroindústria Bergamin, os mesmos ainda participam da feira municipal, figurando, também esta, uma forma de circuitos curtos de comercialização. A feira é um instrumento de comércio estratégico por parte dos agricultores familiares, que visa colocar o produto diretamente na mão do consumidor. As figuras 05 e 06, neste sentido, são exemplos dos produtos comercializados em forma de circuitos curtos, nas feiras municipais que acontecem duas vezes por semana.

Figura 05: feira com produtos da agricultura familiar em Chapecó.



Fonte: acervo pessoal (2015). Organização própria.

Figura 06: Feira com produtos da agricultura familiar em Chapecó.



Fonte: acervo pessoal (2015). Organização própria.

Ademias, no momento atual, a cooperativa, bem como a própria agroindústria Bergamin, servem de motivação e exemplo para a comunidade onde residem e para comunidades vizinhas (BERGAMIN, 2011), pois alcançaram seus objetivos: aumentaram a renda e melhoraram a qualidade de vida das famílias associadas a esta agroindústria.

Nesta perspectiva, para comprovar essas afirmações, foi realizada uma entrevista com uma líder da agroindústrias Bergamin. De acordo com as respostas obtidas durante a realização das perguntas, podemos tirar algumas conclusões, que seguirão depois da entrevista exposta:

Tabela 05: Sistematização da entrevista junto a um membro da agroindústria Bergamin

Pergunta	Resposta
Para você, o que significa o termo circuitos curtos de comercialização?	Vender nas proximidades das agroindústrias, no próprio município e também de casa em casa.
Há quanto tempo a agroindústria Bergamin comercializa sua produção por meio de circuitos curtos?	A 14 anos.
Quais os produtos comercializados?	Trabalhamos com 60 tipos diversos de produtos na linha de panificados. Os mais vendidos são: biscoitos, pães, pizzas, lasanhas, esfiras, massas, bolos recheados, pastel para festas, dentre outros.
Quais as rotas de comércio desses produtos (municípios, feiras, mercados, dentre outros)?	No município trabalhamos em quatro comunidades diferentes, cada uma num dia da semana. Na feira trabalhamos duas vezes por semana. No mercado público de Chapecó, diariamente. E encomendas particulares.
Na sua compreensão, qual é a aceitação desses produtos pelo consumidor final?	É muito boa, pois a cada venda conquistamos um cliente.
Na sua visão, que atores são responsáveis pelo desempenho efetivo dos circuitos curtos de comercialização?	As famílias. No entanto, com a diminuição do número de pessoas por família, esse é um aspecto que nos prejudica, pois a quantidade produzida é grande para pouca gente trabalhando.
De que forma é feita a entrega para o consumidor final?	Vendemos de casa em casa, cada pessoa vê o produto exposto nas prateleiras dentro de veículo e escolhe o que quer comprar ou precisa para a semana. Na feira temos uma banca, cada cliente escolhe seu produto, paga pelo produto que está comprando.
Que dificuldades ou barreiras podem ser apontadas para comercialização em circuitos curtos?	Muitas vezes, no começo das agroindústrias, o difícil é conseguir a confiança do cliente, até conhecerem o produto. Outra dificuldade é a legalização da agroindústria.
O que diferencia, em sua opinião, uma organização/empreendimento familiar	Nesse empreendimento nós negociamos nosso preço. Não visamos sobras grandes,

ligado a Cooper Familiar de outra ligada a cooperativas como a Super Alfa e/ou Aurora?	mas sim o sustento das famílias com dignidade ¹² .
--	---

Fonte: Organização própria (2015).

Isto é, a partir da entrevista realizada, se confirma nossas hipóteses acerca da viabilidade da implantação dos circuitos curtos de comercialização nos diferentes territórios. Não apenas porque eles viabilizam e fomentam a continuidade da agricultura familiar, mas sobretudo porque figuram numa nova reconfiguração territorial, que leva, de fato, em conta o agricultor familiar, potencializa seu poder perante a produção e a comercialização e cria novas formas, usos e normas de funcionamento do território. Ademais, trata-se de uma atividade que se desencontra com a lógica do grande capital, preocupado apenas com altas produções, uso de aditivos agrotóxicos e exportação quase que total dos produtos.

Muito embora a liderança entrevistada associe circuitos curtos de comercialização a curto espaço, reforçamos que a compreensão deste conceito, de acordo com a base teórica, está mais relacionado com o encurtamento das relações entre produtores e consumidores, haja vista que quando aprofundamos esse termo, vimos que ele significa o menor número possível de intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000).

Mas, ainda referente a agroindústria Bergamin, é importante sinalizar, de acordo com relatórios da Cooper Familiar (2014), que será construído um espaço para receber os visitantes na agroindústria, oferecendo um ambiente adequado e confortável, pois sendo um modelo de cooperativa que deu certo, faz com que muitas pessoas visitem o local, para conhecer pessoalmente essa experiência de sucesso.

Bergamin (2011) ressalta que o grupo Bergamin recebeu visitantes de todos os estados brasileiros e de alguns países. Os visitantes brasileiros são principalmente técnicos agrícolas de todos os estados, além de estudantes da Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, dentre outros. Os estrangeiros vieram da Itália, Alemanha e Chile.

O fato de a agroindústria Bergamin receber visitantes de vários estados do Brasil e até mesmo de outros países, é um indicativo de que essa atividade deve ganhar

¹² A entrevista foi realizada sem identificação do (a) indivíduo (a), de forma manuscrita. No entanto, vale ressaltar que a pessoa que respondeu a entrevista diz respeito a um dos líderes da agroindústria Bergamin, tendo pleno conhecimento sobre o funcionamento geral da agroindústria.

maior importância nos próximos anos, pois figura um modelo diferenciado: empregador de mão de obra, produtor dos mais diversos produtos, potencializador dos circuitos curtos de comercialização, e, desde uma perspectiva geográfica, precursor de novas formas de usar o território. Portanto, figura um mecanismo real de desenvolvimento rural, que possibilita novos estudos acadêmicos e novas perspectivas de movimentação da economia local, considerando o bom desempenho da atividade dos circuitos curtos de comercialização, desde a agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de termos analisado e feito uma análise reflexiva acerca da questão dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar no município de Chapecó, sendo este um estudo sobre o caso da agroindústria Bergamin, percebemos que em meio as várias correntes de pensamento, em meio aos inúmeros apontamentos e em meio aos infinitos debates que pode-se fazer acerca desse tema; é preciso que a realidade seja levada em conta para que o estudo de caso realmente aconteça.

Levando em consideração o cenário apresentado neste trabalho de conclusão, podemos dizer que o contexto histórico-geográfico existente na agricultura do município de Chapecó atrelado a realidade atual, fez com que ao longo dos anos o crescimento da população urbana, a tecnificação das formas de produção, a instalação das agroindústrias de base inerente ao grande capital e a real falta de igualdade de oportunidades nesse processo, levou muitos agricultores familiares desse município, serem forçados a pensar em novas formas de sobrevivência no espaço rural.

Nesse contexto, ganha sentido retomarmos o que abordamos sobre o desenvolvimento agrícola na região Oeste de Santa Catarina, considerando os reflexos e possíveis indagações na perspectiva da agricultura familiar. Dialogamos, neste sentido, sobre o cuidado que precisamos ter ao tratar do termo desenvolvimento, tendo presente que o desenvolvimento, no cenário capitalista que vivemos, não se apresenta de forma propositiva para todas as classes sociais/populacionais.

Por essas razões, observamos que o movimento de monopolização do território pelo capital no estado de Santa Catarina é um dos fatos muito presente, haja vista que, sobretudo a partir da década de 1960, assistimos a uma instalação e incorporação seletiva de pessoas e territórios nas agroindústrias que funcionam sob a égide do grande

capital. Por outro lado, também se nota a centralidade de Chapecó, como cidade e como centro regional, na dinâmica produtiva da região Oeste de Santa Catarina. Não obstante, é uma das cidades que mais cresce na região e que mais se enquadra nesse papel de exercício da centralidade regional.

No capítulo dois, sem desconsiderar a importância da compreensão da contextualização sobre o fator histórico-geográfico da região Oeste de Santa Catarina abordada no capítulo um, percebemos a importância de caracterizar conceitualmente os principais conceitos que desde o início desse trabalho quisemos abordar. Dessa forma, os conceitos de território, uso do território e territorialidade, circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar nos deram um suporte teórico de fundamental importância para a constituição da base teórica que sustenta a discussão apresentada neste texto.

Por fim, o capítulo três foi ainda mais fundamental, e como isso os demais não são menos fundamentais, no que tange a percepção real e concreta da existência e do funcionamento da atividade de circuitos curtos de comercialização na agricultura familiar do município de Chapecó. Essas constatações foram possíveis graças a base teórica apresentada e, sobretudo, a pesquisa realizada a partir da agroindústria Bergamin, integrada à Cooper Familiar. Constatou-se, dessa forma, que as características do espaço rural em Chapecó e as práticas de comercialização em circuitos curtos da economia, a partir do estudo específico da agroindústria Bergamin, vão ao encontro de uma forma específica de resistência dos pequenos agricultores familiares ao espaço rural, considerando o sistema engessado e suas consequências para a agricultura familiar impressos por meio da gradativa instalação das agroindústrias na região.

Portanto, em um contexto de resistência e de busca de alternativas, conforme descrito no capítulo três, nasce a própria Cooper Familiar, sendo esta uma oportunidade de cooperação e de trabalho coletivo para os agricultores que acreditavam/acreditam na ascensão social e econômica da agricultura familiar, através da organização coletiva desses pequenos agricultores. Em um caso específico que decidimos estudar, cria-se a agroindústria Bergamin, associada a Cooper Familiar. A análise feita sobre a agroindústria Bergamin, mesmo que, reconhecemos, poderia ter sido em maior profundidade, nos permite concluir que há, de fato, o funcionamento das atividades dos circuitos curtos de comercialização.

Os circuitos curtos de comercialização, por sua vez, pode ser compreendido como um prática que contribui para a continuidade da agricultura familiar, em muitos casos da nossa região – e ainda mais nas famílias que trabalham na agroindústria Bergamin que foi nosso sujeito-espaco de análise – seja efetiva e concreta, sendo, portanto, uma atividade que promove a todo momento a valorização da agricultura familiar, abre a possibilidade de diminuir os intermediários entre o produtor e consumidor, promove alimentação saudável para os consumidores desses alimentos e é um instrumento que consegue ascender social e economicamente as famílias envolvidas nesses serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Rosa Salete (Org.). **Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense**. Editora: Argos, 2008.

BADALOTTI, R. et al. **Reprodução Social da Agricultura Familiar e Juventude Rural no Oeste Catarinense**. Anais do VII RAM. GT 01: Antropologia Económica e Ecológica UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007.

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo e Território**. Revista de geografia agrária. v. 1, n.2, p.123-151, 2006.

BAPTISTA, Alberto; et al. **Estratégias de valorização dos produtos tradicionais: o caso da região do Baixo Tâmega**. VII CIER – Cultura, Inovação e Território, Coimbra – Portugal, 2008.

BECKER, Berta K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BERGAMIN, Sandra. **Trajetória da Cooperfamiliar nos municípios de Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambú, Arvoredo e Nova Itaberaba na construção de instrumentos de desenvolvimento sustentável solidário**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia) – Universidade do Contestado – UNC – Concórdia/SC, 2011.

BILINI, Adriana. **Mercado institucional e agricultura familiar: o caso da cooper familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em agronomia), Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó, 2014.

CANCELIER, W. Janete. **A Agricultura Familiar Como Agente Produtora do Espaço Rural no Município de Chapecó- SC**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2007.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

COLETTI, T. ; LINS H. N. **Transformações na suinocultura do Oeste catarinense e busca de alternativas na agricultura familiar: um redesenho das estruturas rurais da região?** Anais do IV Encontro de Economia Catarinense, Criciúma, v. 1. P. 1-25, 2010.

DENTZ, E. V.; RAMBO, A. **Novos usos do território - considerações sobre os usos dos espaços rurais em Santa Catarina a partir dos mercados institucionais da alimentação escolar**. In: XII seminário de pós-graduação em geografia - territórios possíveis - paradigmas da Geografia contemporânea, Rio Claro – SP, 2014.

ELLIS, F. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**, Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, versão resumida do Relatório final do projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FRANÇOIS, Martine. **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos**. Inovação no meio rural. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. Julho de 2000.

FREDERICO, Samuel. **Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas do cerrado**. GeoUsp – espaço e tempo, n. 33 Especial, p. 218- 232, 2013.

FUJITA, Camila. **Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense**. Geo UERJ (2007), v. 1, p. 312-338, 2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774-6792.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, São Paulo:SP, 2005.

HENTZ, Carla. **O agronegócio no oeste catarinense e seus desdobramentos no consumo produtivo de Chapecó-SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2014.

HIDALGO F., Francisco. **Agriculturas camponesas em Latinoamérica: propuestas y desafíos** / Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores —1.^a ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HOUTART, François. **El carácter global de la agricultura campesina**. In: HIDALGO F., Francisco. **Agriculturas camponesas en Latinoamérica: propuestas y desafíos** / Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores —1.^a ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades**. 2010.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF. 1996. Disponível em <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2015.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Unochapecó, Editora Argos, 2005.

PLOEG, J. D. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.

PLOEG, J. D. **The virtual farmer: past, present and future of de Dutch Peasantry**. Assen: Van Gocum, 2003.

PLOEG, J. D. van der. et al. On Regimes, Novelities, Niches and Co-Production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 1-28.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. van der, et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**. v. 40, n° 4, October 2006. p. 391-408.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3ª ed., 2012.

RAMBO, Anelise Graciele. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho**. 2011. 282f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

RECHE, D. **A influência do capital agroindustrial na distribuição socio-espacial urbana do município de Chapecó no Sul do Brasil**. Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona. 2008.

RETIÉRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/>>. Acesso em: 2015-12-12.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 80, p. 109-125, 2008.

SANTOS, M. et al. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Caderno publicado por ocasião do *XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Território e Dinheiros. In: **Território e Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: Territorio y movimientos sociales. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 n°. 16. Buenos Aires. P. 251-261. 2005.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP. 5ª ed., 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio, SUZUKI, Julio Cesar, MARAFON, Glaucio José (orgs). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. Ed. São Paulo: outras expressões, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo e Território**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p.24-62, fev. 2009.

SCHNEIDER, S.; MENEZES, Marilda A. Inovação e atores sociais. In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; SILVA, A.G. da; BEZERRA, I. (orgs.). **Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2014, p.13-26.

SILVEIRA, M. L. **Território usado**: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Vol. XV, p. 04-12, Bauru, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TESTA, Vilson Marcos. **O desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**. Proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. **Reconstruindo o “elo perdido”**: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS). *Segurança alimentar e nutricional*, vol. 17, n. 1, PP 01-15, Campinas, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org) **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo- RS: UFP, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.185-200.